

**ANÁLISE ECONÔMICA  
INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANA:**

**ESTRATÉGIAS E SISTEMAS DE  
DECISÕES DE GASTO**

Alex Napoli

## LIVRO PATROCINADO GRATUITO

COPYRIGHT 1999 ALEX NAPOLI  
UNIVERSIDADES INCUBADORAS GLOBAIS  
WWW.UNIG.ORG

### SOBRE O AUTOR Alex Napoli (Alexandre Napoli Costa):

- Fundador / Coordenador (Universidades Incubadoras Globais / Arte, Empreendimento e Inovação / [www.unig.org](http://www.unig.org) )
- Fundador / Coordenador (Turisistem / Sistema de Desenvolvimento Turístico e Imobiliário / [www.turisistem.com](http://www.turisistem.com) )
- Fundador / Coordenador (Globolsa / Bolsa Direta Global / [www.globolsa.com](http://www.globolsa.com) )
- Fundador / Coordenador (Democracia Direta / Movimento, Partido e Governo / [www.DemocraciaDireta.org](http://www.DemocraciaDireta.org) )
- Fundador / Coordenador (Praia Surf Club/ Clube de Esporte, Arte e Entretenimento/ [www.PraiaSurfClub.com](http://www.PraiaSurfClub.com) )
- Fundador / Coordenador (Scriptsurfer Entertainment / Entretenimento Multimídia / [www.scriptsurfer.com](http://www.scriptsurfer.com) )
- Roteirista-diretor-produtor (Scriptsurfer Entertainment / Entretenimento Multimídia / [www.scriptsurfer.com](http://www.scriptsurfer.com) )
- Bacharel em Economia (UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais)
- Bacharel em Administração (UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais)
- Mestre em Economia (UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- (Economia Institucional Pós-keynesiana / Economia Industrial e Tecnológica)
- (Conclusão/Justiça Federal: direito de livre expressão e avaliação impessoal de tese)
- Certificado do Programa Profissional em Roteiros de Cinema
- (UCLA, Universidade da Califórnia em Los Angeles, EUA, Escola de Teatro, Filme e Televisão)
- Certificado de Proficiência em Inglês (Universidade de Michigan em Ann Arbor, EUA)
- Fluente Inglês/Português (Dupla Cidadania Brasileira-Americana / Mãe Americana - Pai Brasileiro)

## SUMÁRIO

### **ANÁLISE ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANA: ESTRATÉGIAS E SISTEMAS DE DECISÕES DE GASTO.**

**INTRODUÇÃO:** o atraso secular da ciência econômica e a sub-performance de economias nacionais.

**I - O MÉTODO CIENTÍFICO INSTITUCIONAL: MODELOS DE ANÁLISE COM VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS E DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES ECONÔMICOS.**

**1) O método científico primitivo neoclássico e as limitações que contribuem para o atraso secular da ciência econômica:** modelos de análise com pressupostos absolutos, abstratos, ahistóricos e primitivos institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

**2) O método científico keynesiano e as limitações que evitam o rompimento definitivo com a metodologia primitiva neoclássica:** modelos com pressupostos relativos, realistas, históricos e modernos institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

**3) O método científico institucional-evolucionista e as limitações que evitam o rompimento definitivo com a metodologia primitiva neoclássica:** modelos com pressupostos de comportamento dos agentes econômicos e variáveis institucionais.

**4) O método científico institucional:** modelos com variáveis institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

## **II - A ESCOLA DE PENSAMENTO ECONÔMICO PÓS-KEYNESIANA: A DEMANDA NOMINAL AGREGADA DETERMINA A OFERTA NOMINAL AGREGADA.**

**1) A escola de pensamento pós-keynesiana versus a escola de pensamento neoclássica:** pressupostos institucionais e de comportamento de agentes econômicos.

**1.1) Pressuposto institucional:** economia monetária empresarial versus economia de troca.

**1.2) Pressuposto de comportamento dos agentes econômicos:** dualismo segurança/risco sob futuro incerto versus dualismo satisfação/sacrifício sob futuro previsível.

**1.3) “Princípio da demanda efetiva” versus “lei de Say”:** demanda nominal agregada determina a oferta nominal agregada versus “a oferta cria a sua própria demanda”.

**2) “Síntese neoclássica” e as limitações da incorporação e redução do pensamento keynesiano a escola neoclássica:** inflexibilidade de preços/salários como causas de equilíbrio em desemprego e a adição de oferta/demanda por moeda a poupança/investimento como determinantes da taxa de juros.

**3) Aperfeiçoamento da escola de pensamento econômico pós-keynesiana através do método científico institucional:** modelos com variáveis institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

**4) Aperfeiçoamento dos modelos da escola de pensamento econômico pós-keynesiana através de modelos de análise econômica institucional:** necessidade de substituição dos limitados modelos estáticos/bidimensionais de análise matemática através de funções e gráficos por modelos dinâmicos/multidimensionais de análise institucional do fluxo de decisões de gasto dos agentes econômicos.

### **III - O MODELO DE ANÁLISE ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANO: ESTRATÉGIAS E SISTEMAS DE COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO, SUBORDINAÇÃO E INOVAÇÃO DE DECISÕES DE GASTO DE AGENTES ECONÔMICOS.**

**1) Decisões de gasto de agentes econômicos:** comandando recursos reais e títulos de crédito através de títulos de crédito.

**1.1) Empresa:** unidade decisória de gasto intermediário objetivando a produção de bens e serviços privados.

**1.1.1) Decisões de produção:** decisões de gasto em bens e serviços intermediários.

**1.1.2) Decisões de investimento:** decisões de gasto em bens e serviços de capital.

**1.1.3) Decisões de financiamento:** decisões de gasto para troca de títulos de crédito.

**1.2) Indivíduo:** unidade decisória de gasto final objetivando o consumo de bens e serviços privados e públicos.

**1.2.1) Decisões de consumo:** decisões de gasto em bens e serviços finais de consumo.

**1.2.2) Decisões de trabalho:** decisões de gasto em bens e serviços intermediários de educação, treinamento e meios de procura por trabalho.

**1.2.3) Decisões de empreendimento:** decisões de gasto em bens e serviços de capital empresariais pré-operacionais.

**1.2.4) Decisões de cidadania:** decisões de gasto em contribuições eleitorais partidárias e tributárias governamentais.

**1.2.5) Decisões de financiamento:** decisões de gasto para troca de títulos de crédito.

**1.3) Governo:** unidade decisória de gasto intermediário objetivando a produção de bens e serviços públicos.

**1.3.1) Decisões de produção:** decisões de gasto em bens e serviços intermediários.

**1.3.2) Decisões de investimento:** decisões de gasto em bens e serviços de capital.

**1.3.3) Decisões de financiamento:** decisões de gasto para troca entre títulos de crédito.

**2) Poder de gasto de agentes econômicos:** emissão, acumulação e troca de títulos de crédito.

**2.1) Crédito:** poder de comando presente sobre recursos reais em troca de poder de comando futuro sobre recursos reais.

**2.2) Securitização de crédito:** decomposição de contratos de crédito em títulos negociáveis proporciona aumento de liquidez e diversificação de portfólios de títulos.

**2.3) Emissão de títulos de crédito (“mercado primário”):** emissão de títulos sem renda, títulos de renda fixa e títulos de renda variável para comandar recursos reais e títulos de crédito.

**2.4) Liquidez de títulos de crédito (“mercado secundário”):** capacidade de troca de poder de comando futuro de recursos reais por comando presente de recursos reais sem perda significativa de poder de gasto acima da expectativa de prêmio do título de crédito.

**2.5) Prêmio de títulos de crédito (“juro”, “lucro” e “royalty”):** adicional ao poder de comando futuro sobre recursos reais em relação ao poder de comando presente sobre recursos reais compensando o agente econômico por abrir mão de liquidez.

**2.6) Acumulação de títulos de crédito (“portfolio”):** reserva de poder de gasto para comando futuro de recursos reais e títulos de crédito.

**3) Estratégias de decisões de gasto de agentes econômicos:** critérios para seleção de gastos e sistemas de decisão de gasto alternativos.

**3.1) Redução de custos:** aumento do poder de comando sobre recursos reais e títulos de crédito por unidade de poder de gasto.

**3.1.1) Economias de escala:** redução de custos proveniente da agregação de gastos em atividades com custos variáveis semelhantes.

**3.1.2) Economias de escopo:** redução de custos proveniente da agregação de gastos em atividades com custos fixos semelhantes.

**3.1.3) Economias de transação:** redução de custos proveniente da execução de gastos entre agentes dependentes ao invés de gastos entre agentes independentes.

**3.1.4) Economias de barganha:** redução de custos provenientes da comparação de custos de agentes independentes fornecedores/compradores alternativos ou através do aumento do poder de barganha em relação a um agente independente fornecedor/comprador.

**3.1.5) Economias de externalidades:** redução de custos provenientes de gastos de outros agentes econômicos.

**3.1.6) Economias de confiança:** redução de custos proveniente da diminuição de riscos de gastos passíveis de cálculo probabilístico.

**3.2) Aumento de diferenciação:** gasto em produtos e serviços especializados.

**3.3) Aumento de poder de gasto:** gasto de acordo com a credibilidade ou condições de crédito.

**3.4) Distribuição de poder de gasto:** distribuição de poder de gasto futuro objetivando controlar recursos reais e títulos de crédito no presente.

**3.5) Redução de incertezas:** redução subjetiva de riscos não passíveis de calculo probabilístico.

**3.6) Adaptação institucional e tecnológica:** adotar tecnologias, estratégias e sistemas de decisão de gasto dominantes.

**3.7) Inovação institucional e tecnológica:** adotar tecnologias, estratégias e sistemas de decisão de gasto não dominantes ou criar novas.



**4) Sistemas de decisões de gasto de agentes econômicos:** processos de transmissão de decisões de gasto entre agentes econômicos.

**4.1) Sistemas de coordenação de decisões de gasto:** agentes econômicos mantêm independência decisória (“mercado”).

**4.1.1) Sistema de contratos à vista:** comando instantâneo sobre recursos reais.

**A) Contratos à vista pré-fixados (“atacado/varejo”):** decisões de gasto de empresas baseadas na estimativa das decisões de gasto de consumidores/empresas com ajuste através da flutuação posterior de estoques (preços pré-fixados; quantidades produzidas pré-fixadas; estoques flutuam).

**B) Contratos à vista pós-fixados (“leilão”):** decisões de gasto de empresas baseadas na estimativa das decisões de gasto de consumidores/empresas com ajuste através da flutuação posterior de preços (preços pós-fixados; quantidades produzidas pré-fixadas; preço flutua para “zerar” estoques).

**C) Contratos à vista sincronizados (“just-in-time”):** decisões de gasto de empresas sincronizadas com decisões de gasto de consumidores/empresas (preços pré-fixados; quantidades produzidas sincronizadas com quantidades vendidas; estoque mínimo).

**4.1.2) Sistema de contratos futuros:** comando futuro sobre recursos reais.

**A) Contratos futuros pré-fixados (“sob encomenda”):** decisões de gasto de empresas baseadas em decisões de gasto prévia de consumidores/empresas (preços e quantidades pré-fixados; estoque mínimo).

**B) Contratos futuros pós-fixados (“sob encomenda indexado”):** decisões de gasto de empresas baseadas em decisões de gasto quantitativa prévia de consumidores/empresas e preços indexados (preço pós-fixado; quantidade pré-fixada; estoque mínimo)

**C) Contratos futuros sincronizados (“consumo futuro pré-pago”):** decisões de gasto de empresas baseados em decisões de gasto prévia de consumidores/empresas com pagamento adiantado (preço pré-fixado e quantidade pré-fixada; estoque mínimo; gastos sincronizados com receita).

**4.1.3) Estado coordenador:** sinaliza/induz decisões de agentes econômicos independentes através de sistemas de contratos à vista, futuro ou sincronizado.

**4.2) Sistemas de cooperação de decisões de gasto:** agentes econômicos independentes tem perda parcial de independência decisória.

**4.2.1) Joint-ventures:** empresas independentes cooperaram em decisões de gasto para projeto empresarial conjunto.

**4.2.2) Fusão:** empresas independentes se unem com divisão proporcional de poder decisório e passam a tomar certas decisões de gasto conjuntamente.

**4.2.3) Cartéis:** empresas independentes de um mesmo setor industrial cooperam em estratégias de decisões de gasto específicas.

**4.2.4) Cooperativas:** empresas independentes de um mesmo setor industrial cooperam em decisões de gasto específicas.

**4.2.5) Subcontratação:** empresas independentes cooperam com empresas fornecedoras em decisões de gasto específicas.

**4.2.6) Franchising:** empresa-modelo independente coopera com empresa-clone independente em decisões de gasto amplas.

**4.2.7) Estado cooperador:** estado coopera com agentes econômicos independentes.

**4.3) Sistemas de subordinação de decisões de gasto:** agentes econômicos tem perda total de independência decisória.

**4.3.1) Truste horizontal:** empresas subordinam outras empresas no mesmo setor de atividade.

**4.3.2) Truste vertical:** empresas subordinam outras empresas em setores acima ou abaixo na cadeia produtiva.

**4.3.3) Estado subordinador:** governos subordinam as decisões de gasto de outros agentes.

**4.4) Sistemas de inovação de decisões de gasto:** agentes criam ou substituem estratégias de decisões de gasto, sistemas de decisões de gasto, produtos e processos produtivos dominantes por opções alternativas não dominantes ou novas.

**4.4.1) Empreendimentos inovativos:** indivíduos formam empresas para desenvolver projetos inovativos.

**4.4.2) Intra-empresendimentos inovativos:** empresas desenvolvem projetos inovativos.

**4.4.3) Incubação de empreendimentos inovativos:** empresas/governo/universidades formam empresas independentes para desenvolver projetos inovativos.

## **IV - POLÍTICA ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANA: REDUZINDO INCERTEZAS ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO DE DECISÕES DE GASTO DE AGENTES INDEPENDENTES.**

- 1) Diagnóstico institucional:** identificar agentes, estratégias e sistemas de decisões de gasto dominantes em uma economia nacional como base para o estabelecimento de políticas econômicas eficientes.
- 2) Política institucional:** democratização das decisões de financiamento e desenvolvimento de sistemas nacionais de coordenação de gasto de contratos à vista e futuros sincronizados.
- 3) Política monetária:** diversificação do sistema de reservas de títulos de crédito e operações de “open market” comparando/vendendo títulos de crédito contra/a favor do ciclo econômico nacional e do mercado primário e secundário de títulos de crédito.
- 4) Política fiscal:** sistema tributário direto progressivo com aumento/redução de gastos públicos, deduções seletivas e taxas de impostos contra/a favor do ciclo econômico nacional.
- 5) Política cambial e tarifária:** moeda-portfolio global com compra/venda contra cíclica de portfolio-índice de títulos de crédito estrangeiros.
- 6) Política de rendas e capital:** aumento/redução de alíquotas de contas individuais de contribuição de seguridade social/investimento sobre a renda e consumo setorial a favor do ciclo econômico nacional.

**7) Política industrial e tecnológica:** escolha de índice-  
portfólios de títulos de crédito que determinam a  
composição de fundos de seguridade social,  
governamentais e do banco central.

## **V - INOVAÇÃO ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANA: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO DE DECISÕES DE GASTO PARA AGENTES ECONÔMICOS INDEPENDENTES.**

**1) Banco central de reserva e custódia de títulos de  
crédito escriturais:** aumento de liquidez, diversificação e  
democratização da propriedade de títulos de crédito.

**2) Bolsa eletrônica direta nacional:** troca direta de títulos  
de crédito entre agentes econômicos.

**3) Cartão financeiro:** meio de pagamento, reserva de poder  
de gasto e informação de decisões de gasto.

**4) Universidades incubadoras:** instituição educadora-  
empreendedora para fortalecer a acumulação de capital e  
tecnologia nacional/regional.

**CONCLUSÃO:** O modelo de análise econômica  
institucional pós-keynesiano permite identificar agentes,  
estratégias e sistemas de decisões de gasto dominantes  
como base para o estabelecimento de políticas e inovações  
econômicas institucionais eficientes de qualquer matriz  
ideológica.

## **BIBLIOGRAFIA**

## **ANÁLISE ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANA: ESTRATÉGIAS E SISTEMAS DE DECISÕES DE GASTO.**

**INTRODUÇÃO:** o atraso secular da ciência econômica e a sub-performance de economias nacionais.

A ciência econômica é até hoje, no final do século XX, dominada por teorias clássicas/ neoclássicas desenvolvidas no século XIX. Em um paralelo a ciência astronômica, os pressupostos destas teorias equivalem ao “pressuposto” de que é o sol que gira em torno da terra e não o contrário. Galileu Galilei foi considerado um herético por “pseudo-astrônomos” ou “astrônomos primitivos” que estavam realmente interessados em religião ou no método de conhecimento religioso (argumentavam que a Bíblia dizia o contrário) e não em ciência astronômica ou no método de conhecimento científico.

Sismondi (1819), Malthus (1820), Marx (1867-94), Kalecki (1933-70) e Keynes (1936) discordaram da “Lei de Say” (Say, 1803) (Ricardo, 1817) (Mill, 1848) de que em uma economia de mercado a oferta de bens e serviços cria a sua própria demanda (oferta, renda, poder de gasto, demanda nominal e real se equivalem). Eles foram precursores do “princípio da demanda efetiva” de que é a demanda nominal agregada que determina a oferta nominal agregada de bens e serviços e não o contrário. Eles foram/são considerados “heréticos” (estatistas, socialistas, intervencionistas, opositores do “capitalismo” ou sistema de “livre mercado”, ou até mesmo da “liberdade individual”) por “economistas primitivos” que estavam/estão realmente interessados em promover/conservar sua ideologia/ética/moral/religião e não em ciência econômica.

Marx (1867-94) embarcou no mesmo desvio de campo de análise e usou suas teorias econômica para contra-promover

sua ideologia (sistema socialista de propriedade coletiva dos meios de produção) prevendo o “inevitável/necessário” fim do disfuncional sistema capitalista de propriedade privada dos meios de produção (o “sub-consumo” causado pela concentração de renda nas mãos da classe capitalista geraria problemas crônicos de queda nas taxas de lucro, redução salarial, desemprego e eventual insatisfação incontrolável/revolucionária da classe trabalhadora).

Keynes (1936) no entanto manteve o seu enfoque na ciência econômica tentando demonstrar como o sistema capitalista/economia de mercado realmente funcionava e como poderia ser aperfeiçoado. Para Keynes (1936) oferta, renda, poder de gasto e demanda real e nominal não se equivalem necessariamente porque moeda pode servir como reserva de poder de gasto e este não depende necessariamente de renda prévia, pode ser aumentado via crédito que por sua vez não depende necessariamente de poupança prévia. Agentes econômicos independentes tomam decisões de gasto ou de reserva de poder de gasto que independem de oferta/renda prévia. A renda futura depende da incerta decisão de gasto dos demais agentes independentes. A decisão autônoma é a decisão de gasto e é esta que determina a oferta agregada nominal de bens e serviços e não o contrário. E esta última não será necessariamente equivalente ou tenderá a equivalência com a oferta agregada real de bens e serviços.

O princípio da demanda efetiva sofre a oposição de economistas neoclássicos, que podem até ser sinceramente interessados no avanço da ciência econômica e não em conservar/promover sua ideologia, mas que no entanto cometem erros teóricos e de metodologia científica aceitando pressupostos comportamentais e institucionais implícitos ou explícitos equivocados/normativos (idealizados). Economistas keynesianos também são vítimas dos mesmos equívocos teóricos e metodológicos na medida

em que inovações institucionais e de comportamento humano são introduzidas na economia.

O atraso secular da ciência econômica tem conseqüências trágicas na medida em que a sub-performance das economias nacionais afeta a maioria da população mundial que tem ainda condições de vida precária. Taxas de crescimento econômico (com baixa inflação) poderiam ser substancialmente mais elevadas se a teoria econômica neoclássica retornasse ao curso de “história do pensamento econômico.” Os neoclássicos/ neoliberais/ conservadores e suas teorias equilibristas primitivas (com seu ideal-religioso de uma lógica matemática sócio-econômica universal/natural explicativa da “mão invisível” do mercado) contribuíram para levar o sistema liberal-capitalista a beira do abismo (a grande depressão dos anos 30) e ao desenvolvimento de sistemas totalitários alternativos (fascismo e comunismo). Os keynesianos/ estruturalistas/ institucionalistas/ progressistas contribuíram para resgatar o sistema liberal-capitalista da grande depressão e do “inferno totalitário” fascista/comunista, e ajudaram a levar as nações industrializadas entre 1945-80 ao maior período de crescimento e distribuição de renda da história da humanidade.

Se aproveitando de percalços político-econômicos (choques de preço do cartel do petróleo nos anos setenta e a expansão excessiva política da base monetária, principalmente norte-americana, que se seguiu principalmente para pagar os primeiros com papel e tinta: “petrodólares”, que não seriam inflacionários se tivessem sido entesourados, mas foram no entanto reciclados pelo sistema financeiro, especialmente para empréstimos a juros flutuantes aos países em desenvolvimento, pegos subsequentemente com juros altos no contra-ciclo de política anti-inflacionária americana no início dos anos oitenta) os neoclássicos/ conservadores/ neoliberais mais uma vez “entraram para o time que está ganhando” e



venderam o seu “canto de sereia” conservador aos políticos/empresários e a sociedade próspera e de “barriga cheia.” A partir dos anos 80, contribuíram para afundar a economia mundial novamente na estagnação e baixo crescimento, com efeitos especialmente danosos para os países que ainda não haviam atingido um estado de prosperidade/bem estar mínimo entre os seus cidadãos . Os resultados só não foram mais catastróficos pelo recurso eventual a políticas keynesianas/ estruturalistas/ institucionalistas/ progressistas, elevando o crescimento médio vegetativo (acompanhando o crescimento populacional) tradicional do modelo neoclássico dos usuais 2% para 3%, quando se poderia estar crescendo entre 5% e 10% consistentemente pelo emprego regular de políticas fiscais, monetárias, cambiais, comerciais, industriais e de renda, científicas e não-neoclássicas.

Para afundar uma economia na estagnação ou baixo crescimento econômico basta dar carta branca a um economista neoclássico na gestão da economia. Pela sua capacidade em afundar a demanda agregada e destruir o crescimento (especialmente pela promoção e permissividade a privilégios e concentração de renda, o que é um contra-senso em sociedades democráticas onde em tese os interesses econômicos da maioria deveria prevalecer, e um tiro no próprio pé das classes de renda mais elevada pois o crescimento dos lucros agregados poderão desacelerar ou se tornar negativo) estes economistas poderiam em tese ser utilizados temporariamente para conter inflação de demanda, devendo ser sacados imediatamente uma vez que o objetivo seja crescer mais de 2% ao ano. Há no entanto, como será discutido adiante, mecanismos institucionais mais avançados, com distribuição de renda neutra, para conter ou aumentar a demanda agregada ou administrar a relação consumo/investimento, como a flutuação de alíquotas de contribuição compulsórias incidentes sobre a renda e/ou consumo. Estes recursos podem por sua vez ser canalizadas

para fundos de investimento e/ou seguridade social individuais que por sua vez podem subscrever ações no mercado primário para projetos de expansão da capacidade produtiva real, ou ser canalizado contra-ciclicamente para comprar/vender ações no mercado secundário.

Outra questão fundamental para países subdesenvolvidos é o desenvolvimento adequado da acumulação de capital e tecnologia nacional, ignorada pela teoria neoclássica que prescreve por exemplo a abertura e livre mobilidade de capitais para suprir uma suposta carência e necessidade de “poupança externa”, levada ao extremo da internacionalização dos sistemas financeiros e monetários nacionais (dolarização parcial ou total da economia nacional por exemplo). Estas políticas tem agravado e atrofiado a acumulação de capital e tecnologia nacional com consequências desastrosas para o crescimento e distribuição de renda. O baixo desempenho do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), medida de desempenho preferida nos países subdesenvolvidos (por ser a menos ruim), mascara o ainda mais sofrível desempenho de crescimento do PNB/ PNB per capita (PIB menos renda de estrangeiros enviada ao exterior), e o que é mais importante o crescimento negativo da renda nacional apropriada por nacionais ou residentes (total e per capita) ou da renda nacional apropriada pelos 95% ou 99% de cidadãos de renda mais baixa.

O primeiro objetivo é distinguir os diferentes métodos científicos, escolas de pensamento, teorias e modelos de análise para identificar a origem do atraso secular da ciência econômica e da sub-performance/baixo crescimento das economias nacionais, e para possibilitar o correto uso deste campo científico para o estabelecimento de políticas econômicas e inovações institucionais eficientes de qualquer matriz ideológica.

O segundo objetivo é criar um modelo de análise econômica normativamente neutro (compatível com o método científico institucional) com variáveis institucionais e de comportamento de agentes econômicos representativos da diversidade temporal (passada/presente/futura) e geográfica (economias nacionais específicas) do objeto de análise (economia) servindo de instrumento para diagnóstico (identificação de instituições e comportamentos dominantes) de economias nacionais passadas (“economia histórica”) ou presentes (“economia positiva”) e como instrumento de planejamento futuro (“economia normativa”).

O terceiro objetivo é criar um modelo compatível com o “princípio da demanda efetiva” keynesiano de uma economia monetária empresarial (demanda agregada nominal determina a oferta agregada nominal) e em oposição a “lei de Say” neoclássica (oferta cria a sua própria demanda).

O objetivo portanto é combinar o método científico institucional com a escola de pensamento econômico pós-keynesiana em um modelo cientificamente correto, opondo-se a “pseudo-ciência” não apenas da escola neoclássica pura mas também a da síntese neoclássica pois estes são de fato modelos normativos (tem pressupostos ideológicos/ éticos/ morais/ religiosos), cientificamente incorretos. Estes dominam os cursos de economia e a profissão de economista no mundo atual com conseqüências desastrosas para a maioria da população mundial que ainda vive em condições de subdesenvolvimento econômico e necessita de altas taxas de crescimento.

## **I - O MÉTODO CIENTÍFICO INSTITUCIONAL: MODELOS DE ANÁLISE COM VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS E DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES ECONÔMICOS.**

**1) O método científico primitivo neoclássico e as limitações que contribuem para o atraso secular da ciência econômica:** modelos de análise com pressupostos absolutos, abstratos, ahistóricos e primitivos institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

Um cientista deve procurar identificar os pressupostos explícitos e implícitos de uma teoria como uma maneira de testar/questionar suas conclusões. Economistas neoclássicos adotam pressupostos institucionais ou de comportamento humano, muitas vezes não explícitos, em suas formulações teóricas que julgam ser inquestionáveis ou absolutos. Esta característica é geralmente atribuído a “natureza”, algo que está além do controle humano e que portanto deve ser aceito como um pressuposto absoluto (imutáveis, comuns a toda humanidade em todas as épocas, independente de cultura, personalidade ou estado da mente). O pressuposto de comportamento hedonista/materialista/egocêntrico/individualista (busca de satisfação/prazer, evitar sacrifício/dor individual o que é em geral consequência de medos e desejos causados por uma filosofia de educação autoritária de punições e recompensas) é um exemplo. Também adotam pressupostos institucionais ou de comportamento humano não reais ou abstratos por julgarem que esta simplificação não influencia significativamente suas conclusões. Pelo mesmo motivo adotam pressupostos institucionais ou de comportamento humano ahistóricos ou primitivos cuja existência remonta ao século XIX ou mesmo a idade média. O pressuposto institucional que define a operacionalidade do “mercado” como se fosse um local onde produtores se reúnem periodicamente para trocar mercadorias através do sistema de leilão é um exemplo

(preço flutua para ajustar a demanda e zerar o estoque ofertado).

Esta metodologia distorce substancialmente o objeto de análise levando a conclusões teóricas e políticas econômicas equivocadas. Nas ciências sociais, incluindo a ciência econômica, o cientista é parte do objeto de análise, devendo adotar uma metodologia de análise que neutralize possíveis distorções causadas por essa peculiaridade, incluindo evitar que sua ideologia/moral/ética/religião/ "filosofia de vida" (que fazem parte de seus direitos individuais) interfiram na seleção de pressupostos explícitos ou implícitos institucionais e de comportamento humano. Estes irão balizar uma construção teórica que por sua vez balizará políticas econômicas que estão na esfera dos direitos coletivos dos cidadãos ou membros de qualquer instituição. Não se pode pressupor uma determinada unicidade ou dualismo comportamental/institucional onde existe de fato, de direito ou potencialmente pluralidade comportamental e institucional. Ou seja não se pode pressupor como fixo e determinado o que é variável e mutável a curto, médio e longo prazo. O conservadorismo institucional e comportamental é a principal motivação para a utilização e desenvolvimento destas práticas metodologicamente equivocadas ou primitivas características do "neoclassismo" econômico e social.

O dogmatismo científico (conservadorismo ou resistência a inovações/progresso, especialmente os que afetam as instituições vigentes) são causados principalmente pela filosofia educacional autoritária de punições/recompensas (utilitárias/ materialistas/ religiosas) que desenvolvem medos/desejos (objetivando controle) e estabelecem a aquisição de conhecimento (e sua aplicação ao trabalho) como um sacrifício necessário para obter satisfação e em consequência vê conhecimento novo como uma ameaça ao conhecimento institucional seguro e fontes de renda já obtidas ou "asseguradas". É percebido que irá requerer

grande sacrifício (dor/sofrimento adicional como ocorreu no passado através de um sistema educacional autoritário) para adquirir conhecimento novo e/ou para "aguentar" inovações institucionais (comprometendo fontes seguras de renda ou privilégios/status quo) que podem/serão evitadas por conservadorismo/dogmatismo institucional e de conhecimento. No entanto, novas gerações (não carregando o fardo de idéias velhas) e "mentes livres" (indivíduos que adquirem conhecimento e agem por vontade livre, não tendo um alto grau de medos/desejos/defesas/apegos a conhecimento seguro) eventualmente rompem estas barreiras. Arte (método de conhecimento livre/sem apego) precede o dogmatismo filosófico/religioso (ou o apego ao conhecimento seguro/absoluto) que são em geral impostos por figuras institucionais autoritárias buscando controlar o objeto da educação. Cientistas inovadores usam arte e filosofia/experiência (dentro da arte é conhecimento tangível sem apego, mas influenciado por religião e emoções pode se deteriorar para conhecimento dogmático/pragmático, absoluto, apegado e seguro) como método de conhecimento. Os chamados "gênios" de fato apenas tem um estado da mente mais livre/artístico que é potencialmente acessível a qualquer ser humano não limitado pelas ilusões de medos/desejos colocados neles por figuras de autoridade buscando controlá-los.

Cientistas sociais dogmáticos/conservadores (buscando conhecimento matemático, natural, biológico, seguro e absoluto, herdando os métodos dos campos científicos pioneiros da física, química e biologia) tendem a ficar presos a idéias passadas, enquanto cientistas pragmáticos tendem a ficar presos ao presente com idéias que tem aplicação imediata. Ambos estariam ignorando o futuro, onde cientistas inovativos/criativos/artísticos tendem a se focalizar ou a serem empurrados. Arte pode ser visto como o método de conhecimento natural/livre/original com um maior potencial do que qualquer outro método de conhecimento. Idéias passadas/presentes/futuras podem ser

acessadas sem apegos, propiciando mais eficiência, satisfação, liberdade, criatividade, justiça, felicidade ou qualquer outro critério de acessamento/medida de valor. A arte da ciência/filosofia/experiência (busca de conhecimento tangível sem apegos religiosos/emocionais) gerará melhores resultados que a religião da ciência/filosofia/experiência (busca por verdades absolutas com apegos emocionais/religiosos).

Sistemas educacionais baseados na vontade livre, ambiente criativo, democrático, empreendedor geram mais/ melhor progresso científico. Indivíduos "inseguros" (com alto grau de medos e desejos resultado de uma exposição a um alto grau de punições/recompensas, mesmo que estes projetem defensivamente uma aparência de segurança) em posições de autoridade tendem a abusar do seu poder para proteger o que eles percebem como uma ameaça aos seus privilégios ou status quo (que eles acreditam assegurá-los daquilo que tem medo e desejo) e invadem/violam direitos individuais básicos dos outros para buscar controle e limitar progresso/liberdade. Na maioria das nações as instituições "família" e "empresa" ainda são uma fonte de "educação autoritária" contrastando com a instituição do estado (pelo menos em teoria legal/constitucional democrática) e ambientes artísticos/informais/de amizade onde liberdade é "natural"/valorizado e geram/influenciam mais progresso científico inovativo.

**2) O método científico keynesiano e as limitações que evitam o rompimento definitivo com a metodologia primitiva neoclássica:** modelos com pressupostos relativos, realistas, históricos e modernos institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

Keynes (1936, p.3) menciona que “as características do caso especial assumido pela teoria clássica não são aquelas da sociedade econômica em que nós realmente vivemos,

resultando que os seus ensinamentos são enganosos e desastrosos se nós tentarmos aplicá-los na prática.”

Keynes (1936) identifica pressupostos absolutos/abstratos/ahistóricos/primitivos institucionais e de comportamento humano da teoria clássica/neoclássica e propõe sua substituição por pressupostos relativos/realistas/históricos/modernos. Esta alteração leva a diferentes conclusões teóricas e propostas de política econômica e inovação institucional. O pressuposto de comportamento baseado no dualismo satisfação/sacrifício sob futuro previsível é substituído pelo dualismo segurança/risco sob futuro incerto. O pressuposto institucional de um mercado primitivo de trocas de leilão é substituído por um mercado moderno monetário de varejo.

Esta atualização de pressupostos leva a diferentes conclusões teóricas: a demanda nominal agregada (gasto) determina a oferta nominal agregada (“princípio da demanda efetiva”) ao invés de “a oferta cria a sua própria demanda” (“lei de Say”). Esta conclusão por sua vez gera diferentes propostas de política econômica e inovação institucional visando a administração ativa da demanda agregada ao invés de uma administração passiva como a defendida por neoclássicos (já que a oferta cria a sua própria demanda).

Economistas neoclássicos reagiram a esta demolição teórica resgatando seus pressupostos através de diversos “malabarismos” teóricos: (1) atribuíram os erros a distorções/imperfeições causadas pela intervenção “não natural” do estado ou de sindicatos de trabalhadores no mercado (a reversão desta intervenção revalidaria seus pressupostos e suas teorias: flexibilização de salários, fim de salários mínimos por exemplo); (2) erros não explicáveis foram rebatizados de “erros naturais” (“taxa natural de desemprego”, “monopólio natural” por exemplo); (3) introduziram o pressuposto de “expectativas racionais”



segundo o qual os agentes se comportam baseados nos modelos econômicos que baseiam suas decisões; (4) aceitaram a introdução de novos pressupostos deste que não afetassem os seus modelos de equilíbrio e conclusões gerais (por exemplo a demanda por moeda com fim especulativo e não apenas com fim transaccional devido a expectativa de queda no preço de outros ativos).

O modelo de equilíbrio IS-LM de determinação da taxa de juros (Hicks,1937) adiciona a oferta e demanda por moeda (incluindo demanda com fim especulativo) a poupança e investimento na determinação da taxa de juros do mercado de capitais. A administração temporária da demanda agregada para evitar ou corrigir “desequilíbrios” (inflação, recessão) através de política monetária (expansão/contração da oferta de moeda) e fiscal (aumento/redução de impostos e gastos públicos) contra-cíclicos e “leis anti-truste” também foram incorporados ao arsenal de políticas econômicas como um “mal necessário” para corrigir artificialismos (inflexibilidade de preços e salários) “não naturais” do mercado (causados por trustes e sindicatos). A “lei de Say” e os pressupostos neoclássicos continuam válidos. Esta revisão é geralmente definida como “síntese neoclássica.” Hicks (1976, p.289-90) eventualmente repudiou seu próprio modelo reconhecendo que este reduzia a teoria geral de Keynes (1936) a “economia equilibrista” neoclássica: “Eu devo dizer que o diagrama IS-LM é hoje muito menos popular comigo do que ainda é com muitas outras pessoas. Este reduz a Teoria Geral a economia equilibrista.”

Outros economistas rejeitaram a introdução de novos pressupostos (como a demanda de moeda por especulação), políticas monetárias ativas, políticas fiscais ativas e qualquer tipo de intervenção corretora do estado na economia já que causam mais problemas a médio e longo prazo ou são até mesmo inúteis a curto prazo. Defendiam a eliminação de sindicatos e salários mínimos (reflexibilizar

salários sendo o desemprego remanescente atribuído a “taxa natural de desemprego”); porém oligopólios e monopólios existentes tendem a ser classificados como “naturais”; impostos e regulamentações “não naturais” do estado deveriam ser reduzidos ou eliminados. Exemplos são Friedman (1956) e outros “monetaristas” que se mantiveram fiéis a teoria clássica/neoclássica pré-keynesianas e a teoria quantitativa da moeda de Fisher (1911) (modelo em que a moeda tem apenas função transacional e não de reserva de valor) defendendo a expansão monetária a uma taxa fixa proporcional ao crescimento “natural” da economia.

O ápice do malabarismo teórico é a teoria de “expectativas racionais” desenvolvida entre outros por Lucas (1972-78) e Sargeant (1978) (“novos clássicos”) onde o comportamento dos agentes é em última instância atribuído ao próprio modelo neoclássico. Os pressupostos explícitos são de que os agentes utilizam toda informação e teoria econômica disponíveis e que preços/salários são flexíveis. Os pressupostos implícitos são de que os agentes se comportam de acordo com o pressuposto pela teoria neoclássica, que as instituições funcionam como pressuposto pela teoria neoclássica e que todos os mercados estão em equilíbrio como é concluído pela teoria neoclássica (o desequilíbrio no mercado de trabalho é atribuído a inflexibilidade de salários ou a taxa “natural” de desemprego). Intervenções “não naturais” do estado seriam neutralizadas uma vez que os agentes passassem a antecipar tais ações artificiais. Esta versão deste pressuposto de comportamento e o modelo econômico neoclássico supostamente “positivos” são de fato “normativos” e se propagaram especialmente após seus autores receberem o prêmio Nobel de economia.

Em última instância a economia funciona assim porque a economia funcionava assim no passado e deveria funcionar assim no futuro. Não a nada de científico neste e outros modelos neoclássicos, estes são simplesmente modelos

normativos de como a economia deveria funcionar de acordo com pressupostos ideológicos/ morais/ éticos/ religiosos neoclássicos. A definição do que é “racional” é um pressuposto de comportamento. De fato indivíduos “conservadores” poderiam basear suas decisões preponderantemente em padrões/modelos idealizados passados, no entanto indivíduos “progressistas” baseiam suas decisões em padrões/modelos idealizados futuros. Se o objeto de análise (economia) não valida a teoria neoclássica e suas conclusões, o objeto de análise foi/deveria ser modificado ao invés da teoria.

O pressuposto keynesiano de comportamento dual segurança/risco sob futuro incerto poderia ser considerado mais abrangente e realista (mais agentes econômicos poderiam ser detectados seguindo este padrão de comportamento normativo para tomar decisões econômicas) do que o dualismo satisfação/sacrifício sob futuro previsível da teoria neoclássica (fenômenos imprevisíveis podem ser estudados através de probabilidades e neutralizados com esquemas de seguro).

As teorias “neoclássica pura” e “síntese neoclássica” ratificam a “lei de Say” Os pressupostos neoclássicos dominam os cursos de economia sendo que a “síntese neoclássica” perdeu a preponderância a partir do final dos anos setenta e hoje divide espaço “meio a meio” com neoclássicos puros (monetaristas e novos clássicos). Friedman e Lucas ganharam o prêmio Nobel de economia com teorias cientificamente primitivas criadas no século dezenove contribuindo ainda mais para sua expansão no meio acadêmico. O prêmio nobel considera como ciência o método desenvolvido nas ciências exatas e biológicas que são inadequados para ciências sociais pois o cientista é parte do objeto de análise, necessitando de um método específico para neutralizar a ideologia do cientista (ele tenderá a tomar como dado suas crenças institucionais e de comportamento como pressuposições ao invés de variáveis). A força destas

teorias não é científica mas política devido a sua natureza conservadora, de manter o status quo econômico. Estas teorias são fundadas em ideologia e não em ciência econômica. Os pressupostos keynesianos e o princípio da demanda efetiva são minoritariamente e diversamente representados pela corrente de pensamento denominada pós-keynesiana.

O “erro calculado” de Keynes (1936) foi utilizar a metodologia científica primitiva neoclássica de assumir pressupostos institucionais e de comportamento humano e reduzir toda análise a modelos bidimensionais expressos em gráficos e funções matemáticas (seguindo o método das ciências exatas e biológicas de onde originam/originaram muitos economistas neoclássicos). A vantagem de utilizar a metodologia dominante seria a facilidade de divulgação de novas teorias no meio acadêmico. A desvantagem seria por exemplo a facilidade de contra-ataque teórico simplesmente pela substituição do pressuposto “positivo” (como a economia é) por um pressuposto normativo (como a economia deveria ser) disfarçado com o rótulo de “natural.” Inflação, recessão, inflexibilidade de preços e salários são atribuídos a ação “não natural” do estado ou sindicatos/cartéis/trustes. E quando o estado não pode ser culpado o erro é atribuído a natureza (“taxa natural de desemprego”).

Os economistas neoclássicos usam o método dedutivo mas falham em confirmar suas pressuposições e conclusões com o método indutivo, o que Keynes tenta corrigir achando pressupostos e conclusões empiricamente verificáveis. Mas este método é também primitivo e não representa precisamente o objeto de análise que tem como característica fundamental a mudança dinâmica no tempo e no espaço das instituições e do comportamento humano. Quando inovações institucionais (sistemas) e comportamentais (estratégias) são introduzidas na economia os modelos keynesianos sofrem/podem sofrer problemas

semelhantes aos modelos neoclássicos. Também mudanças no espaço de análise (economias regionais/nacionais) vão produzir problemas similares.

Modificações/ inovações institucionais e de comportamento humano são o mais fundamental pressuposto de análise de uma economia e o mais fundamental pressuposto de análise de uma sociedade democrática e de livre iniciativa que economistas neoclássicos dizem defender. Assumir que estes são dados/fixos no “curto prazo” é uma distorção fundamental e injustificável do objeto de análise. Como dizia Keynes no “longo prazo” todos estarão mortos.

Atualizar os modelos de análise com novos pressupostos institucionais e de comportamento humano mais precisos é um exercício limitado pois o modelo terá uma validade geográfica (economias nacionais a que se aplicam) e temporal injustificadamente limitada.

Modelos que incorporam o dinamismo institucional e de comportamento humano do objeto de análise são a solução cientificamente adequada pois não desvirtuam o objeto de análise.

**3) O método científico institucional-evolucionista e as limitações que evitam o rompimento definitivo com a metodologia primitiva neoclássica:** modelos com pressupostos de comportamento dos agentes econômicos e variáveis institucionais.

Marx (1867-94), Veblen (1898-1919) e Schumpeter (1939-42) são exemplos de economistas que procuraram incorporar o dinamismo institucional em seus modelos de análise. Buscaram definir pressupostos de comportamento humano e explicar a partir destes a evolução institucional da economia.

Os modelos de análise clássicos/neoclássicos tem um pressuposto de comportamento humano de busca de interesse individual (sob o dualismo hedonista de satisfação/sacrifício) que estes concluíam beneficiar e solidificar as instituições correntes (“naturais”) de “mercado livre” pois produzia benefícios para todos.

Os economistas acima refutaram tal pressuposto de comportamento de busca de interesse individual ou a conclusão de que este produzia harmonia de interesses e validação de instituições correntes. Substituíram aquele pelo pressuposto de comportamento de busca de interesse coletivo de classe e que este produzia conflito e transformação institucional ao invés de harmonia e conservação institucional.

Marx (1867-94) destaca o conflito de interesses entre trabalhadores e capitalistas e que o pressuposto de comportamento de busca de interesse coletivo de classe levaria a novas instituições econômicas (propriedade coletiva dos meios de produção). Veblen (1898-1919) destaca que o conflito de classes e imposição de “hábitos de pensamento” da classe mais forte (interesse coletivo) molda as instituições vigentes (“leisure class”/não-trabalhadores versus trabalhadores ou financistas versus engenheiros/trabalhadores).

Schumpeter (1939-42) destaca o conflito (concorrência) entre empresas estabelecidas versus empreendedores inovativos gerando inovações financeiras/tecnológicas que revitalizam e justificam o capitalismo (classe capitalista). Mas este conflito tende a desaparecer na medida em que empresas estabelecidas internalizam e burocratizam a função empreendedora (a cargo de planejadores/estrategistas especializados na busca de novas oportunidades). A sociedade burocratizada e educada em universidades leva ao surgimento de um conflito entre interesses de capitalistas (proprietários das grandes

empresas burocratizadas) e “intelectuais” anti-capitalistas (indivíduos que falam/ensinam sobre questões sociais sem ter poder/responsabilidade política ou econômica) que tenderiam a defender um processo de inovação institucional que elimine o capitalismo (já que os capitalistas não mais são necessários para a função empreendedora e são apenas rentistas que herdaram propriedade) e o substitua por socialismo de mercado (concorrência entre empresas de propriedade coletiva).

Galbraith (1967) segue a linha de pensamento institucionalista (Veblen, 1898-1919), keynesiana (Keynes, 1936) e schumpeteriana (Schumpeter/ 1939-42) construindo um modelo econômico mais atualizado em termos de comportamento dos agentes e arranjo institucional: empresas oligopolistas (buscando aumentar sua participação no mercado ao invés de maximizar lucros), sob controle de uma burocracia gerencial (retirando poder de empreendedores, acionistas, consumidores e do governo), utilizam estratégias de integração vertical e/ou horizontal; propaganda; diferenciação de produto; e lobismo político. Este é ainda um modelo estático (sujeito ao envelhecimento temporal e limitação geográfica: economias nacionais e época ao qual se aplica) pois estabelece um pressuposto de comportamento ativo para uma classe de agentes (burocracia gerencial) e passivo para outras classes (consumidores, acionistas e governo por exemplo). O interesse coletivo de uma classe molda o comportamento dos agentes econômicos e as instituições. O aspecto fundamental é o destaque do papel de um agente econômico (burocracia gerencial) na transformação do comportamento de outros agentes como consumidores/acionistas (através de propaganda), estado (através de lobismo) e na transformação/inovação institucional (indo além da inovação de processos produtivos e produtos em Schumpeter/ 1939-42). O comportamento dos consumidores/acionistas/cidadãos (ou representantes) não são considerados independentes e o comportamento da

burocracia gerencial é de buscar o interesse de sua classe em detrimento de outras classes.

Novamente ciência econômica versus ideologia (política, ética, moral, religião) ou economia positiva (como a economia é) versus normativa (como deveria ser) ainda se misturam consciente ou inconscientemente na seleção de pressupostos de comportamento humano. A construção de um modelo estático da “realidade econômica” sob o rótulo de “verdade científica” tem conseqüências normativas pois pode alterar/reforçar o comportamento dos agentes e arranjos institucionais.

O comportamento humano é motivado por interesse individual ou coletivo? Interesse coletivo de classe ou de toda sociedade (definido através de um processo democrático por exemplo)? Ou talvez o comportamento humano seja motivado por ambos. O interesse individual é motivado psicologicamente pelo dualismo sacrifício/satisfação (neoclássicos) ou segurança/risco (keynesianos)? Os agentes econômicos “trabalhadores” (com um conflito de distribuição de renda com "capitalistas") são também “consumidores” (talvez preferindo as maiores alternativas de consumo oferecidas pela concorrência empresarial privada do que a da propriedade estatal dos meios de produção) e “investidores” (através de fundos de aposentadoria por exemplo). Até que ponto isto poderia afetar o conflito de interesses entre "trabalhadores" e “capitalistas” (repartição da receita empresarial entre salários e lucros)?

Construir modelos a partir de pressupostos explícitos ou implícitos de comportamento humano alteram o objeto de análise. A própria definição do comportamento humano afeta o objeto de análise: Se um modelo definisse um pressuposto de comportamento de agentes econômicos e estes agentes utilizassem este modelo para guiar suas ações o modelo seria auto realizável. Não surpreende que



economistas não consigam separar “economia positiva” de “economia normativa” pois a própria definição da “realidade” (ou percepção da realidade) tem conseqüências normativas, já que agentes econômicos podem agir de determinada maneira porque pressupõe por exemplo que esta é a maneira que a maioria dos agentes age.

Modelos de análise econômica que assumem um pressuposto de comportamento humano são cientificamente equivocados (tem uma limitação injustificável). Estes são modelos “normativos” (baseados em ideologia, ética, moral ou religião por exemplo) não modelos “positivos”. Modelos que pressupõe o dinamismo institucional e de comportamento humano do objeto de análise são a solução cientificamente adequada. Modelos econômicos com variáveis institucionais e comportamentais e que também incorporem a possibilidade de eliminação ou adição de novas alternativas são os modelos cientificamente adequados pois não eliminam o aspecto fundamental do objeto de análise.

**4) O método científico institucional:** modelos com variáveis institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

Commons (1931) define “instituição” como “ação coletiva no controle, liberação e expansão da ação individual”; define institucionalismo como o enfoque na unidade de ação (transação com seus participantes); identifica variáveis de comportamento e institucionais produzidas em três tipos de transação: transações de barganha (mercado), administrativas (empresa) e distributivas (distribuição de riqueza ou poder de compra para subordinados sem barganha). Neste modelo variáveis gerais de comportamento (interesse individual/interesse coletivo) interagem com variáveis gerais de arranjo institucional produzindo vários modelos alternativos com diversas combinações possíveis de arranjo institucional e de

comportamento. Este é um modelo econômico cientificamente adequado pois incorpora o dinamismo institucional e comportamental do objeto de análise. Agentes econômicos podem utilizá-lo para identificar (diagnosticar) comportamentos e instituições dominantes correntes (como a economia é) e estabelecer planos de ação/estratégias dentro do arranjo institucional vigente ou transformando este arranjo institucional (como a economia deveria ser). O modelo não incorpora um viés ideológico/moral/ético/religioso determinando pressupostos institucionais e comportamentais primitivos como o modelo neoclássico e não tenta atualizar estes pressupostos comportamentais/institucionais como os modelos keynesianos. Ao contrário de Veblen (1898-1919) ou Marx (1894) que estabelecem o pressuposto de comportamento de que o interesse coletivo (de classe) é preponderante sobre o interesse individual (determinando variações institucionais) ou dos neoclássicos que estabelecem o interesse individual como preponderante sobre o interesse coletivo (determinando instituições “naturais”), Commons (1931) constrói um modelo que incorpora estes dois pressupostos como variáveis. Diferentes combinações ou a dinâmica da interação de interesses individuais/coletivos são representados e geram diferentes arranjos institucionais: estado, corporações, cartéis, holdings, cooperativas, sindicatos de trabalhadores ou empresários, joint-ventures, bolsas de valores etc. "Os economistas clássicos e hedonistas, com seus desdobramentos comunistas e anarquistas, fundaram suas teorias na relação do homem com a natureza, mas o institucionalismo é a relação do homem com o homem (Commons /1931)."

Porter (1980-90) também constrói um modelo econômico com variáveis institucionais e de comportamento. Insatisfeito com a natureza estática do paradigma neoclássico de análise econômica, pretende com seu modelo explicar as vantagens competitivas de empresas e

economias nacionais (economia “positiva”) e permitir aos agentes econômicos (empresa/governo) selecionar estratégias/políticas/arranjos institucionais (economia “normativa”) que produzam vantagens competitivas sobre outras empresas/economias. Porter identifica cinco “forças competitivas” empresariais (rivalidade entre competidores existentes; ameaça de novos competidores; ameaça de produtos e serviços substitutos; poder de barganha de compradores; poder de barganha de fornecedores); quatro determinantes de produtividade de economias nacionais (rivalidade/estratégia empresarial; condições de fatores de produção; condições de demanda; indústrias relacionadas e de suporte); quatro estratégias competitivas empresariais (custo amplo; custo focado; diferenciação ampla; diferenciação enfocada).

Os métodos de conhecimento do mais para o menos abrangente e eficiente poderiam ser descritos da seguinte forma: Arte (conhecimento livre); Ciência (conhecimento tangível); Experiência (conhecimento tangível prático/empírico); Filosofia (conhecimento tangível conceitual/linguístico); Teoria relativa (conhecimento tangível conceitual/linguístico relativo); Teoria absoluta (conhecimento tangível seguro/linguístico absoluto); Religião/Mito (conhecimento absoluto). A ciência é uma convenção social exigindo tangibilidade para comunicação. Na Arte da Ciência o conhecimento é livre de preconceitos sociais adicionais que não apenas os necessários para tangibilidade e comunicação.

Instituições são sistemas/organizações (unidades de fluxo de poder decisório) criados/ modificados/ ratificados/ propagados por lei, costumes, políticas ou estratégias (comportamento) de agentes econômicos e não pela “natureza.” O cientista econômico interessado em não distorcer o objeto de análise através da sua intervenção intelectual deve incluir o dinamismo institucional e comportamental no seu modelo de análise.

Modelos econômicos científicos (“economia positiva”: como a economia é) devem ser ideologicamente neutros: ideologia, ética, moral, religião não devem determinar a seleção de pressupostos de comportamento e institucionais explícitos ou implícitos. Agentes econômicos (indivíduos, empresas, governo) devem ter um modelo de análise econômica científico a sua disposição que não tenha um viés normativo (“economia normativa”: como a economia deveria ser). A partir de seus objetivos normativos (estratégia/política fundamentados em modelos normativos: ideológicos/ políticos/ éticos/ morais) estes agentes podem utilizar um modelo econômico científico (“positivo”) para analisar a economia presente e estabelecer um plano de ação futuro.

O método científico institucional analisa a economia respeitando as características fundamentais do objeto de análise: o dinamismo institucional e de comportamento humano. Instituições e comportamento dos agentes econômicos são variáveis do modelo. Utilizando este modelo, os agentes podem determinar como a economia é em um tempo e lugar específico e como deveria ser baseado em um modelo ideológico. Reduzir estas variáveis a duas dimensões por conveniência/hábito herdado de outros campos científicos ou por simplicidade de divulgação ou aprendizado é injustificável pois altera significativamente o objeto de análise. Se o cientista econômico não quer ou consegue raciocinar em mais de duas dimensões talvez devesse abandonar este campo e ingressar/retornar para outros campos não humanos/sociais como ciências “exatas” e “naturais” onde o comportamento humano não é parte do objeto de análise. As possibilidades de comportamento humano e de arranjo institucional passado, presente e futuro eram/são/serão múltiplas/inúmeras. As variáveis são infinitas, porém um modelo de análise econômico minimamente satisfatório deve abranger no mínimo variáveis que representem a maioria das variações observáveis e potenciais do objeto de análise.

## **II - A ESCOLA DE PENSAMENTO ECONÔMICO PÓS-KEYNESIANA: A DEMANDA NOMINAL AGREGADA DETERMINA A OFERTA NOMINAL AGREGADA.**

**1) A escola de pensamento pós-keynesiana versus a escola de pensamento neoclássica:** pressupostos institucionais e de comportamento de agentes econômicos.

**1.1) Pressuposto institucional:** economia monetária empresarial versus economia de troca.

O modelo de análise da teoria neoclássica tem um pressuposto institucional de uma “economia de troca”: bens homogêneos (“commodities”, perfeitamente substituíveis); concorrência perfeita (agentes econômicos ofertantes e demandantes sem poder de barganha para influir no preço de mercado); troca de bens (ou moeda apenas como meio de pagamento, não sendo usada como reserva de poder de gasto); contratos a vista pós-fixados (“mercado de leilão”).

Os produtores levam seus bens homogêneos (“commodities”) para um mercado central onde estes são trocados por outros bens em um processo de leilão. Preços sobem ou descem em um processo de barganha (negociação) para balancear a oferta e demanda e zerar todos os estoques de produtos. A moeda pode ser incorporada ao modelo desde de que apenas como meio de pagamento ou seja toda a moeda obtida com a venda de produtos será então utilizada para compra de outros produtos. Este é um sistema de contratos a vista pós-fixados (“mercado de leilão”) onde o produtor determina quanto quer produzir/vender mas não sabe quanto exatamente irá obter pela produção já que o preço será fixado após a decisão de produção em um processo de leilão.

Este arranjo institucional era comum na idade média e até o século XIX quando as primeiras teorias econômicas

clássicas foram elaboradas. Economistas neoclássicos sustentam que apesar deste arranjo institucional para compra e venda de bens e serviços reais não ser significativo nos dias atuais esta abstração/simplificação não afeta a “natureza” do objeto de análise (ao contrário é a própria representação desta “natureza”) e as conclusões são perfeitamente válidas. De fato esta abstração desvirtua completamente o objeto de análise. O “mercado de leilão” é no entanto o arranjo prevalecente no mercado financeiro/títulos de crédito com implicações teóricas completamente ignoradas nos modelos teóricos neoclássicos pois estes não consideram a possibilidade do uso de títulos de crédito como reserva e gerador de poder de gasto, sendo apenas instrumentos intermediários entre poupança de renda prévia e investimento.

Os pressupostos de concorrência perfeita (pequenos produtores e compradores incapazes de manipular o “preço de mercado”) e bens homogêneos são em geral explicitados pelos teóricos neoclássicos. O pressuposto institucional de um “mercado de leilão” de trocas (ou com a moeda apenas como meio de pagamento) em geral não é explicitado, sendo um pressuposto implícito que pode passar despercebido e que tem implicações teóricas fundamentais.

O modelo de análise da teoria keynesiana tem um pressuposto institucional de uma “economia monetária empresarial”: bens heterogêneos (diferenciados/não perfeitamente substituíveis); concorrência imperfeita (agentes econômicos ofertantes e/ou demandantes determinam ou tem influência significativa sobre preços), moeda e outros títulos de crédito como meio de pagamento e reserva de poder de gasto; contratos a vista pré-fixados (“mercado de varejo”).

Keynes (1936) ressalta a necessidade de atualizar os pressupostos primitivos neoclássicos pois estes são a origem das conclusões teóricas equivocadas e da ausência de

políticas econômicas governamentais adequadas para lidar com problemas econômicos.

No modelo keynesiano preços não flutuam necessariamente para zerar todos os estoques de produtos e serviços heterogêneos (diferenciados/não perfeitamente substitutos) ofertados. E mesmo que os preços flutuassem adequadamente, os produtos fossem homogêneos e a concorrência perfeita, as incertezas causadas pela descoordenação das decisões de gasto e a presença da moeda e outros títulos de crédito como reservas de poder de gasto não garantiriam que a produção ofertada fosse vendida ou que fosse suficiente para satisfazer a demanda. Renda prévia (poder de gasto) pode ser estocada em moeda ou outros títulos de crédito que por sua vez podem gerar poder de gasto sem necessariamente ter origem em renda prévia (títulos de crédito podem ser emitidos para comandar recursos reais sem intermediação da moeda: pagamento de trabalhadores ou fornecedores com ações, opções de compra de ações, notas promissórias ou simplesmente com uma defasagem/crédito de um mês; ou comprando uma empresa com ações por exemplo). Empresas tomam decisões de investimento e produção prefixando seus preços de acordo com uma estratégia de marketing. Estoques flutuam (indústria, atacadistas, varejistas) para acomodar a demanda e informam empresas para suas próximas decisões de produção e investimento. Acumulação de estoques pode levá-los a adiar/reduzir decisões de gasto (produção e/ou investimento) e “estacionar” o poder de gasto acumulado em moeda, principalmente se o preço de outros títulos de crédito (ações, bonds) estão em queda. Redução de preços podem até ocorrer temporariamente para eliminar estoques de mercadorias, mas estes podem não ser renovados se não existe expectativa de demanda devido ao adiamento de decisões de gasto que poderão se alastrar cumulativamente por toda economia gerando uma recessão e se não houver um mecanismo adicional (ao sistema de preços) de

coordenação contra-cíclica (como política fiscal e monetária governamental por exemplo) evoluir para uma depressão.

No modelo neoclássico isto não pode ocorrer porque a moeda é apenas um intermediário de trocas, a redução de demanda de uma mercadoria necessariamente significa a demanda por outra mercadoria (poupança irá necessariamente resultar em demanda por bens e serviços de investimento), preços flutuam para zerar todos estoques equilibrando oferta e demanda. Todos os gastos empresariais para ofertar produtos (custos de produção/renda dos fatores de produção) irão gerar a demanda para a compra de todos estes produtos. No modelo keynesiano isto não irá ocorrer necessariamente. Ao contrário é a decisão de gasto autônoma (que não depende necessariamente de renda prévia pois o empresário pode comprar a crédito por exemplo emitindo uma nota promissória) que cumulativamente determinará quanto será vendido pelas empresas podendo inclusive zerar todos os estoques de mercadorias produzidas levando a racionamento ou incremento generalizado de preços (inflação). Mesmo que os preços sejam flexíveis para baixo e a demanda por moeda seja acomodada pela expansão da oferta de moeda isto não irá garantir a efetuação da decisão de gasto pois o agente econômico não tem certeza se os outros agentes econômicos também irão tomar decisões de gasto. Existe um problema de descoordenação de decisões de gasto entre agentes econômicos e estes podem ficar esperando que os outros agentes tomem a decisão de gasto primeiro antes de resolverem gastar. Esse impasse poderia ser incertamente rompido por empresários com “espírito animal” (dispostos a correr um risco não probabilístico) que poderão ser seguidos por seus concorrentes ou certamente pelo governo através por exemplo de política fiscal (redução de impostos e aumento de gastos).

O modelo neoclássico significativamente altera o objeto de análise e suas conclusões tem conseqüências desastrosas



para a economia se os agentes econômicos ficarem esperando a “mão invisível” do mercado funcionar. Conclui-se que desequilíbrios serão auto corrigidos quando de fato serão cumulativos. Mesmo que agentes econômicos acreditem na auto correção pois estudaram economia através de modelos teóricos neoclássicos ou foram aconselhados por economistas neoclássicos (“expectativas racionais”), experiências passadas (recessões) e prudência/segurança poderão levá-los a esperar a retomada ou expansão das decisões de gasto dos outros agentes antes da retomada ou expansão das suas (expectativas de crescimento). Como os outros agentes seguem o mesmo raciocínio permanece o impasse. Como num estádio de futebol, ninguém se assenta até os outros em frente se assentarem. O impasse é rompido por alguém que grita coordenando todos a se assentarem juntos. O raciocínio é mesmo durante uma expansão (ou recessão), empresas continuam gastando (mesmo face a inflação e desabastecimento) se tiverem a expectativa de que os outros agentes (empresas, consumidores) continuarão gastando. A intervenção do governo através de uma política fiscal contracionista (reduzir a demanda agregada através do aumento de impostos e corte de gastos por exemplo) ou a presença de um governo comprometido a uma política contra-cíclica poderá coordenar os agentes a reduzirem seus gastos.

Os pressupostos institucionais neoclássicos e keynesianos tem caráter normativo (fundados em modelos éticos/morais/ideologias passadas ou presentes). O pressuposto keynesiano é mais abrangente e realista (mais economias poderiam ser detectadas possuindo este padrão institucional) do que o neoclássico. Porém, modelos econômicos cientificamente corretos devem incorporar estes arranjos institucionais como variáveis. Economias geograficamente e temporalmente específicas poderiam ser diagnosticadas como possuindo determinado arranjo institucional e agentes podem alterar/ratificar estas

instituições face a análise da economia através destes modelos.

**1.2) Pressuposto de comportamento dos agentes econômicos:** dualismo segurança/risco sob futuro incerto versus dualismo satisfação/sacrifício sob futuro previsível.

Ambos modelos tem um pressuposto de comportamento dos agentes econômicos de busca de interesse individual. No modelo neoclássico este comportamento gera benefícios coletivos, no modelo keynesiano isto não ocorrerá necessariamente: não apenas benefícios coletivos mas também benefícios individuais intencionados poderão não ser atingidos (como se verá adiante empresas cortando gastos, especialmente salários, para proteger lucros poderão ver seus lucros de fato declinarem face a queda de suas receitas que por sua vez foram causadas pela queda da demanda agregada resultante do corte de gastos que geraram corte de salários que geraram corte de gastos de consumidores que por sua vez geraram mais corte de gastos das empresas, independente de haver corte ou não nos preços).

O modelo neoclássico tem um pressuposto de comportamento humano de dualismo satisfação/sacrifício sob futuro previsível. Seres humanos são movidos pelo seu interesse individual de busca de “prazer/felicidade” (para satisfazer sus desejos) e farão sacrifícios (“dor” de trabalhar ou correr riscos) apenas se tiverem a perspectiva de serem recompensados por “prazer/felicidade” (comportamento utilitarista/materialista). Esse comportamento segundo o modelo neoclássico irá gerar benefícios coletivos na forma de prosperidade econômica para todos (salários para trabalhadores e lucros para capitalistas).

Até que ponto seres humanos são motivados por interesse individual, de classe ou da sociedade ou por uma combinação destes? A resposta tem caráter normativo

(ideologia/ética/moral/religião). Mesmo que se pudesse provar a prevalência de uma destas motivações através de uma “pesquisa científica” de opinião ou de observação comportamental esta “verdade científica” tem conseqüências normativas de reforço ou alteração comportamental (indivíduos que seguem o comportamento da maioria ou que fazem o contrário da maioria podem mudar or reforçar seu comportamento). Baseado nas opções ideológicas de milhares de eleições em diferentes países provavelmente este tipo de pesquisa resultaria numa divisão igualitária média inconclusiva: 1/3 motivados por interesse individual (partidos de direita) ; 1/3 por interesse coletivo (partidos de esquerda); 1/3 por uma combinação de ambos (centro/centro-esquerda/centro-direita). Assumir qualquer destas opções como um pressuposto de comportamento em um modelo econômico tem caráter normativo. Um modelo econômico científico deve inserir todas estas opções como variáveis comportamentais.

O modelo neoclássico adicionalmente pressupõe que decisões são tomadas considerando que o futuro é previsível. Decisões arriscadas podem ser tomadas através do uso de probabilidades. Este pressuposto novamente altera significativamente o objeto de análise. Certos fenômenos podem ser reduzidos e manipulados através de probabilidades como todos aqueles em que a indústria de seguros se dispõe a emitir uma apólice de seguro por um certo prêmio (acidentes, mortes, desastre naturais etc.). Outros fenômenos, como lucros e perdas empresariais, não são passíveis de tratamento probabilístico e de fato não são passíveis de cobertura através de seguro. Perdas podem ser reduzidas através de “hedging” no mercado financeiro (baixa de preços de “commodities” ou ações por exemplo podem ser reduzidos pela compra de um contrato/título de crédito que gera um prêmio/renda em caso de queda de preço de uma certa commodity ou ação). Porém decisões econômicas como a decisão de produção, mas sobretudo a decisão de investimento (gasto com horizonte de retorno

superior a um ano), especialmente com a presença de concorrência empresarial, é um fenômeno não passível de tratamento probabilístico. A previsão de vendas e lucro envolvem incerteza ou risco não probabilístico (alguns economistas preferem definir “incerteza” como um fenômeno não passível de tratamento probabilístico e “risco” como um fenômeno passível de tratamento probabilístico, porém o uso do termo “correr risco” é usualmente utilizado para descrever fenômenos que envolvem incerteza). Consequentemente decisões de produção e investimento são extremamente sensíveis ao “estado psicológico”, confiança e expectativas dos agentes econômicos.

O modelo keynesiano rejeita os pressupostos comportamentais humanos neoclássicos de motivação por satisfação (prazer) / sacrifício (dor) sob futuro previsível. O futuro é incerto e agentes econômicos são por isso motivados preponderantemente pelo dualismo segurança/risco (não redutível a probabilidades). O medo (principalmente o medo da morte ou de não sobreviver economicamente em um mundo incerto) prevaleceria ou englobaria o desejo de prazer (que passa a medo de perda do objeto desejado) como determinante do comportamento dos agentes (educados em um sistema de punição/recompensa que gera medos e desejos permitindo as autoridades controlarem o objeto da educação com ameaças/ofertas).

Os agentes econômicos preferem a segurança da liquidez (facilidade de transformar poder de gasto em ativos reais) ao invés de assumir compromissos/contratos futuros (iliquidez/ poder de gasto futuro). A expectativa de uma recompensa/prêmio (juros/lucro) motiva agentes a abrir mão da liquidez e assumir compromissos futuros.

Galbraith (1998) destaca que Keynes rejeitou a idéia fundamental da filosofia utilitarista de Bentham (1789) e da

escola de pensamento neoclássica qual seja que o utilitarismo ou motivação por prazer/dor são naturais em seres humanos e podem ser utilizados como o pilar fundamental de uma teoria econômica, rejeitando a possibilidade de separar o individual do social. A razão fundamental da falha do cálculo econômico utilitarista é a irredutível “incerteza” sobre o futuro que não pode ser traduzida em graus de risco ou probabilidade ou passível de tratamento quantitativo. A irredutibilidade da incerteza sobre o futuro torna o cálculo utilitário de prazer versus dor através do tempo irrelevante. Sendo assim o teorema central da teoria clássica/neoclássica segundo o qual a taxa de juros é determinada pela produtividade marginal do estoque de capital em relação as preferências temporais utilitárias dos agentes econômicos poupadores cai por terra. Não se sabe qual a produtividade marginal de um ato de investimento muito menos pode se acessar o valor de consumo presente em oposição ao consumo futuro. De acordo com a “lei de Say” um aumento de poupança privada irá gerar um aumento de investimento privado. A teoria keynesiana sustenta o contrário: decisões de aumento de investimento sob a esperança de lucro futuro, aumenta os gastos, a renda e a poupança (depois do fato).

O pressuposto neoclássico de um futuro previsível onde o risco pode ser administrado através de cálculos probabilísticos utilitários significativamente distorce o objeto de análise e leva a conclusões equivocadas. Os pressupostos neoclássicos e keynesianos comportamentais de motivação dos agentes econômicos tem caráter normativo (fundados em ética/moral/ideologia/religião). O pressuposto de que existe um “comportamento natural” (estático) humano é um pressuposto normativo. O pressuposto keynesiano é mais abrangente, realista, moderno (mais agentes econômicos poderiam ser detectados seguindo este padrão de comportamento normativo para tomar decisões econômicas) do que o neoclássico. Porém modelos econômicos cientificamente

corretos devem incorporar estes comportamentos como variáveis. Economias geograficamente e temporalmente específicas poderiam ser diagnosticadas como possuindo agentes com determinado tipo predominante de comportamento (estratégia/política) e estes agentes podem alterar/ratificar seu comportamento face a análise da economia através destes modelos.

### **1.3) “Princípio da demanda efetiva” versus “lei de Say”:** demanda nominal agregada determina a oferta nominal agregada versus “a oferta cria a sua própria demanda”.

A oferta de bens e serviços poderia criar a sua própria demanda (Say, 1803) se uma “economia de mercado” (“capitalismo”) tivesse um arranjo institucional de uma economia de troca de bens e serviços organizado em um mercado centralizado com negociação tipo leilão; se o uso da moeda fosse apenas como meio de pagamento (não como reserva de poder de gasto); se crédito (“poupança”/investimento) fosse baseado apenas em renda prévia; se todos os preços fossem flexíveis; se produtos fossem homogêneos; se fatores de produção fossem intercambiáveis; se nenhum ofertante/demandante de produtos tivesse poder para influir no “preço de mercado”; se o futuro puder ser previsto através de um cálculo probabilístico e utilitário nas decisões dos agentes econômicos. Infelizmente estes pressupostos não são uma aproximação válida de nenhuma economia nacional em tempo algum principalmente na economia do século XX ou XXI. Ao contrário são uma desvirtuação significativa do objeto de análise. Mesmo como um modelo normativo (com o objetivo de modificar o objeto de análise para que este tenha as propriedades idealizadas pelo modelo) é um modelo cuja eficiência teria que ser comparada em relação a outros modelos (possibilidade/ praticidade de sua implantação e de que os objetivos idealizados sejam atingidos).

A oferta de bens e serviços não cria a sua própria demanda principalmente porque agentes econômicos independentes tomam decisões de gasto ou de reserva de poder de gasto que independem de oferta/renda prévia e a renda futura depende da incerta decisão de gasto dos demais agentes econômicos independentes. Moeda e outros títulos de crédito funcionam como meio de gasto (comando sobre recursos reais) e reserva de poder de gasto. A emissão de moeda ou outros títulos de crédito não depende de renda/poupança prévia mas sim da credibilidade do emitente: a confiança de que o título de crédito poderá ser convertido em recursos reais no futuro (a liquidez de título de crédito).

O pressuposto institucional neoclássico de uma moeda funcionando apenas como meio de pagamento e não adicionalmente como reserva de valor/poder de gasto (resultando na política de emissão de moeda lastreada no crescimento prévio da renda ou na taxa de inflação) e títulos de crédito como intermediários entre poupança e investimento (emissão de títulos de crédito lastreados em poupança prévia) é uma representação desvirtuada do objeto de análise. O pressuposto comportamental de agentes tomando decisões utilitárias sob a perspectiva de um futuro probabilisticamente previsível é uma representação desvirtuada do objeto de análise. Estes dois equívocos principalmente invalidam a “lei de Say.” Todos os demais pressupostos neoclássicos (produtos homogêneos, insumos intercambiáveis, preços/salários flexíveis, “concorrência perfeita”) secundariamente também desvirtuam o objeto de análise e adicionalmente desqualificam as conclusões da teoria neoclássica.

O contra-ataque teórico neoclássico se concentrou principalmente em restaurar seus pressupostos (supostamente uma aproximação válida da “realidade” do objeto de análise mas que de fato são pressupostos normativos: como o objeto de análise deveria ser) e

restabelecer o “equilíbrio” de seus modelos: preços/salários deveriam ser flexibilizados e a concorrência aperfeiçoada para se aproximar do modelo idealizado (sindicatos e trustes deveriam ser combatidos); a demanda por moeda como reserva de valor poderia ser acomodada por uma política monetária ativa contra cíclica (baseado na teoria da "síntese neoclássica"). Política fiscal ativa contra cíclica também poderia ser utilizada para restabelecer o “equilíbrio” de mercado causado por imperfeições institucionais em relação ao modelo idealizado. Esta foi a posição de muitos economistas que interpretaram a contribuição keynesiana como a de apontar algumas imperfeições/desvirtuamentos da “economia de mercado” atual em relação a um modelo idealizado ou passado. Alguns destes economistas auto definem seu pensamento como keynesiano, neo-keynesiano ou de uma síntese keynesiana-neoclássica mas de fato são apenas uma “síntese neoclássica” pois a “lei de Say” e a "economia equilibrada" são preservadas. Outros economistas ("monetaristas" neoclássicos) rejeitaram a “contribuição keynesiana” e imendaram seus modelos teóricos “neoclássicos puros” com taxas e pressupostos supostamente “naturais” (de fato de caráter normativo): “taxa de desemprego natural”, “monopólios naturais”, “expectativas racionais” (defendem em geral uma política monetária passiva não contra-cíclica; toleram trustes/monopólios "naturais" mas são contra sindicatos de trabalhadores; defendem uma política fiscal passiva não contra-cíclica com corte de impostos e gastos). Desequilíbrios são causados pela intervenção “não natural” do estado ou são considerados "naturais": uma economia com desemprego estaria de fato em equilíbrio, sendo o desemprego atribuído a uma “taxa natural de desemprego” (causada por exemplo por deficiências no treinamento/retreinamento de trabalhadores). A “lei de Say” é preservada.

Estes modelos não lidam satisfatoriamente com os pressupostos fundamentais do modelo keynesiano de que



agentes econômicos independentes tomam decisões de gasto ou de reserva de poder de gasto que independem de oferta/renda prévia e que a renda futura depende da incerta decisão de gasto dos demais agentes econômicos independentes. São estes pressupostos institucionais e de comportamento keynesianos que determinam o “princípio da demanda efetiva”. Mesmo com flexibilidade de preços e salários e concorrência perfeita a oferta de bens e serviços não gerará necessariamente a sua própria demanda.

A oferta nominal (a preços correntes) é de fato determinada pelas decisões de gasto dos agentes econômicos (demanda efetiva). Se preços são flexíveis e a demanda exceder a oferta corrente de bens e serviços, preços poderiam subir. A demanda nominal agregada (a preços correntes) continua a determinar a oferta nominal agregada. Se preços não são flexíveis (gerando racionamento/escassez de bens e serviços) certas decisões de gasto não poderão se realizar. A demanda nominal agregada (transações de gasto concretizadas) continua determinando a oferta nominal agregada de bens e serviços.

A decisão autônoma de gasto agregada dos agentes econômicos (demanda efetiva, não a demanda idealizada do modelo neoclássico) determina a oferta nominal agregada de bens e serviços. Decisões de gasto não são limitadas pela renda prévia/riqueza acumulada. O arranjo institucional de uma economia de mercado/capitalista moderna, permite a emissão de moeda/títulos de crédito com significativa independência (o governo pode emitir ilimitadamente títulos de crédito sem renda/moeda ou com renda podendo no entanto gerar inflação se abusar da emissão de moeda ou recessão se abusar da emissão de títulos de crédito com juros progressivamente maiores, devendo esta emissão idealmente estar lastreada na capacidade de expansão da capacidade produtiva e/ou expansão da produtividade dos fatores de produção). A credibilidade (confiança na conversibilidade futura em bens e serviços ou liquidez) do

agente emitente determina a capacidade de emissão e o prêmio do título de crédito (juro). Da mesma forma moeda e outros títulos de crédito acumulados não serão necessariamente utilizados para comandar recursos reais (bens e serviços). A demanda nominal agregada resultante de decisões de gasto através de moeda e outros títulos de crédito é que determinará a oferta nominal agregada de bens e serviços. Este é o princípio da demanda efetiva que derruba a “lei de Say” e todo o arcabouço teórico equilibrista da teoria neoclássica.

## **2) “Síntese neoclássica” e as limitações da incorporação e redução do pensamento keynesiano a escola**

**neoclássica:** inflexibilidade de preços/salários como causas de equilíbrio em desemprego e a adição de oferta/demanda por moeda a poupança/investimento como determinantes da taxa de juros.

Atribuir o “equilíbrio em desemprego” a inflexibilidade de preços/salários (causadas pelo estado, trustes e/ou sindicatos por exemplo) ou a demanda por moeda com fins especulativos (reserva de poder de gasto) não é a contribuição fundamental do modelo de análise keynesiano.

Mesmo com política monetária (do governo ou instituição independente) que acomode esta demanda por moeda e com a flexibilização de preços/salários (políticas anti-truste, anti-sindicatos ou anti-intervenção do estado); mesmo que se atribua parte do desemprego a “natureza” e a necessidade de aperfeiçoamento da realocação/retraining industrial/empresarial da mão de obra desempregada; mesmo com política fiscal (aumento/redução de impostos e gastos governamentais) onde o governo temporariamente/espóradicamente intervém para equilibrar oferta e demanda agregada causada por imperfeições em relação ao modelo idealizado (ainda haveria desequilíbrios de alocação de recursos entre indústrias/empresas/agentes, requerendo políticas industriais, tecnológicas e de renda por

exemplo); não haverá necessariamente qualquer tendência a um equilíbrio com pleno emprego ou de que a oferta agregada de bens e serviços gere a sua própria demanda (“lei de Say”). Mesmo que o “modelo normativo” (como a economia deveria ser) neoclássico se torne um modelo positivo (como a economia é) os pressuposto de arranjo institucional/comportamental não garantem que haverá necessariamente qualquer tendência a um equilíbrio em pleno emprego ou de que a oferta criará sua própria demanda.

Agentes econômicos tomando decisões independentes mas que tem conseqüências interdependentes é o pressuposto institucional e comportamental fundamental do modelo keynesiano e que gera a conclusão fundamental do princípio da demanda efetiva de que são as decisões autônomas de gasto nominal (valor monetário) de agentes econômicos independentes que determinam a oferta nominal de bens e serviços. Os modelo neoclássicos equilibristas perdem sentido neste contexto.

A demanda nominal agregada sempre determina e é equivalente a oferta nominal agregada mas não necessariamente a oferta real de bens e serviços (capacidade produtiva mais estoques). A possibilidade de equilíbrio ou tendência ao equilíbrio entre a demanda nominal agregada em determinado ponto do tempo e a oferta real (dada pela capacidade produtiva mais estoques em determinado ponto no tempo) tem probabilidades lotéricas (uma possibilidade entre quase infinitas). A capacidade produtiva e estoques (oferta real) e demanda nominal agregada (decisões de gasto) estão em dinâmica mutação. Neste modelo a política do governo ou outra instituição independente poderia coordenar/compensar as decisões de gasto de agentes econômicos independentes em termos de conter/expandir decisões de gasto seletivamente entre consumo/investimento ou entre setores da economia através de políticas industrial, tecnológica, monetária, fiscal e

rendas por exemplo. O objetivo é manter o crescimento das decisões de gasto (demanda nominal agregada) num ritmo compatível (inflação/acionamento quantitativo baixos) com o crescimento da capacidade produtiva. Este arranjo institucional seria fundamental para a manutenção da confiança futura (redução de incertezas) dos agentes econômicos independentes pois sem o desenvolvimento de mecanismos/instituições adicionais (aos pressupostos por modelos neoclássicos) coordenativas/compensatórias a incerteza decisória será volátil (ciclos de picos e vales com possível inflação, recessão, depressão e hiperinflação) e conseqüentemente as decisões de gastos serão voláteis determinando oferta e renda voláteis em uma “economia de mercado.”

### **3) Aperfeiçoamento da escola de pensamento econômico pós-keynesiana através do método científico**

**institucional:** modelos com variáveis institucionais e de comportamento dos agentes econômicos.

O modelo de análise keynesiano tem pressupostos institucionais e de comportamento mais realistas/modernos que o modelo de análise neoclássico e em conseqüência suas conclusões são mais precisas e as políticas econômicas derivadas destas são mais eficientes. Porém da mesma forma que o modelo neoclássico estes pressupostos estão sujeitos a mutações temporais e geográficas (diferentes economias nacionais) e tem caráter normativo.

Definir a “realidade” influencia o comportamento dos agentes econômicos em termos de reforçar ou divergir do comportamento supostamente majoritário/dominante. Um modelo de análise econômica que pressupõe representar a “realidade” tem conseqüências normativas de conservar/reforçar seus pressupostos. Não cabe a um modelo de análise econômica estabelecer pressupostos institucionais e comportamentais. Isso deve ser feito por modelos ideológicos/éticos/morais/religiosos ou

políticos/estratégicos. Cabe a um modelo de análise econômica estabelecer variáveis institucionais e de comportamento a partir do qual economistas possam diagnosticar uma determinada economia geograficamente e temporalmente específica criando um modelo positivo corrente. A partir deste diagnóstico agentes econômicos podem igualmente estabelecer planos de ação (políticas/estratégias) em consonância com os objetivos de seus modelos normativos. Estas estratégias/políticas podem modificar a “economia positiva” (como a economia é) em direção a “economia normativa” (como a economia deveria ser).

Os pressupostos institucionais (“economia monetária empresarial”) e comportamentais (dualismo segurança/risco sob futuro incerto) keynesianos são mais representativos porém não esgotam significativamente as possibilidades correntes/potenciais de arranjo institucional e comportamental. Estas variações devem ser incluídas em um modelo de análise econômico cientificamente correto. Sistemas de contratos à vista pré-fixados (“mercado de varejo”) podem ser predominantes, porém sistemas de contrato à vista pós-fixados (“mercado de leilão”) e outras variações devem ser incluídas. O pressuposto de comportamento de busca de interesse individual através da redução de incertezas (aumento de segurança) podem até ser um comportamento dominante numa economia de mercado moderna porém outros comportamentos correntemente menos significativos devem ser incluídos no modelo.

**4) Aperfeiçoamento dos modelos da escola de pensamento econômico pós-keynesiana através de modelos de análise econômica institucional:** necessidade de substituição dos limitados modelos estáticos/bidimensionais de análise matemática através de funções e gráficos por modelos dinâmicos/multidimensionais de análise institucional do fluxo de decisões de gasto dos agentes econômicos.

Os modelos de análise econômica neoclássica, keynesiana e institucional-evolucionista tem origem em métodos de outros campos científicos (ciências exatas e naturais). Ciência econômica faz parte de outro grupo de campos científicos (ciências sociais ou humanas) onde o cientista faz parte do objeto de análise. Em ciências sociais/humanas é difícil separar ideologia e a intervenção intelectual do cientista pode afetar/distorcer o objeto de análise.

Em ciências sociais ou humanas o cientista tem dificuldade em separar o “positivo” (como o objeto de análise é, ou a “realidade” ou percepção da realidade do objeto de análise) do “normativo” (como o objeto de análise deveria ser ou idealização de uma realidade potencial futura) especialmente em relação a suas próprias normas ou da sua idealização da realidade baseado em sua ideologia/ética/moral/religião/filosofia. A própria definição da realidade (estabelecimento de pressupostos de comportamento majoritário/predominante/corrente de agentes econômicos por exemplo) tem impacto normativo porque o comportamento do objeto de análise pode ser reforçado/modificado por esta definição “científica” da realidade. Modelos que incorporam pressupostos normativos são cientificamente equivocados porque distorcem o objeto de análise. Cabe ao cientista incorporar todas as variáveis institucionais/ comportamentais/ normativas possíveis em seu modelo (todas as variáveis significativas ou uma maioria significativa das variações observáveis/potenciais do objeto de análise) . Pode-se assim

utilizar o modelo teórico (auxiliado por métodos empíricos) para determinar quais variáveis são predominantes em determinado ponto do tempo e espaço (país/região) e um plano de ação para modificar ou ratificar estas variáveis dominantes.

Cabe ao modelo de análise econômico identificar variáveis comportamentais e institucionais que representem a dinâmica de mutações passadas, presentes e futuras do objeto de análise. Os modelos de análise matemática estáticos/bidimensionais (utilizando funções e gráficos) completamente limitam/desvirtuam esta representação do objeto de análise. Mesmo modelos matemáticos mais complexos não conseguem representar a dinâmica institucional e comportamental em uma economia.

A análise institucional do fluxo de decisões de gasto dos agentes econômicos permite destacar o fundamental de um modelo pós-keynesiano que busca resgatar, expandir e aperfeiçoar a essência do pensamento de Keynes (1936): o princípio da demanda efetiva que deriva essencialmente do fato de que em um sistema econômico agentes econômicos tomam decisões de gasto independentes que tem efeitos interdependentes.

Para que o sistema econômico funcione (alcance de objetivos) e se aperfeiçoe é necessário que agentes econômicos independentes coordenem, cooperem, subordinem ou inovem suas decisões de gasto. Faz-se necessário identificar todas as variáveis institucionais (sistemas de coordenação, cooperação, subordinação e inovação de decisões de gasto) e comportamentais (estratégias/políticas dos agentes econômicos) significantes do objeto de análise.

A partir deste modelo será possível diagnosticar economias temporal e geograficamente específicas (sistemas/estratégias dominantes presentes ou passados) e

estabelecer planos de ação futuros (estratégias/sistemas dominantes futuros). O cientista deve criar um modelo normativamente neutro (sem preferências de ordem ideológica/moral/ética/filosófica). Qualquer modelo econômico passado/presente/futuro poderá ser representado/modelado através deste modelo geral.



### **III - O MODELO DE ANÁLISE ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANO: ESTRATÉGIAS E SISTEMAS DE COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO, SUBORDINAÇÃO E INOVAÇÃO DE DECISÕES DE GASTO DE AGENTES ECONÔMICOS.**

O primeiro objetivo é criar um modelo de análise econômica normativamente neutro (compatível com o método científico institucional) com variáveis institucionais e de comportamento de agentes econômicos representativos da diversidade temporal (passada/presente/futura) e geográfica (economias nacionais específicas) do objeto de análise (economia) servindo de instrumento para diagnóstico (identificação de instituições e comportamentos dominantes) de economias nacionais passadas (“economia histórica”) ou presentes (“economia positiva”) e como instrumento de planejamento futuro (“economia normativa”).

O segundo objetivo é criar um modelo compatível com o “princípio da demanda efetiva” keynesiano de uma economia monetária empresarial (demanda agregada nominal determina a oferta agregada nominal) e em oposição a “lei de Say” neoclássica (oferta cria a sua própria demanda).

O objetivo portanto é combinar o método científico institucional com a escola de pensamento econômico pós-keynesiana em um modelo cientificamente correto, opondo-se a “pseudo-ciência” não apenas da escola neoclássica pura mas também a da síntese neoclássica pois estes são de fato modelos normativos (tem pressupostos ideológicos/ éticos/ morais/ religiosos), cientificamente incorretos e obsoletos. Estas doutrinas primitivas conservadoras dominam os cursos de economia e a profissão de economista no mundo atual com conseqüências desastrosas para a maioria da população mundial que ainda vive em condições de

subdesenvolvimento econômico e necessita de altas taxas de crescimento.

O pragmatismo de políticos, empresários e economistas (tomando decisões sem fundamento teórico na ortodoxia econômica neoclássica dominante) proporcionou a diversas economias nacionais pós-1945 um desempenho superior com maior taxa de crescimento da economia ou de setores tecnologicamente mais avançados por exemplo. Porém a ascensão da escola neoclássica (devido ao seu caráter ideológico conservador/reacionário, contrário a “intervenção estatal” ou contra reformas/aperfeiçoamento institucional, principalmente aqueles relativos a melhoria na igualdade de distribuição de renda e reversão da concentração de renda que eventualmente reduzem/limitam a demanda agregada) sobre a escola da síntese neoclássica (o modelo menos defeituoso entre os dois, com pressupostos menos irrealistas) e do seu status como “ciência” a partir do final dos anos 70 (“ungido” por vários “prêmios nobéis” de economia) tem contribuído para a diminuição do pragmatismo econômico (aumento do dogmatismo neoclássico) de políticos/empresários/economistas e a ascensão de uma tecnocracia econômica ortodoxa (burocracia do estado e de grandes empresas privadas) que toma decisões fundamentadas em teorias econômicas ortodoxas primitivas (neoclássicas) com resultados desastrosos (taxas de crescimento baixas, nulas ou negativas) principalmente sobre economias nacionais subdesenvolvidas onde grande parte da população ainda se encontra abaixo da linha de pobreza (nível de renda que proporcione condições mínimas de sobrevivência).

O modelo de análise institucional pós-keynesiano proporciona um correto diagnóstico das instituições (sistemas) e comportamentos (estratégias) dominantes em uma economia nacional (“economia positiva”) e sua comparação com um modelo idealizado (“economia normativa”). Um plano de ação (estratégias/políticas e

reformas/inoações institucionais) pode ser criado a partir destes. O modelo neoclássico também pode ser representado e utilizado como modelo ideal. Porém este é um modelo extremamente primitivo muito aquém das possibilidades institucionais do mundo moderno, não havendo nenhuma razão para a sua utilização.

**1) Decisões de gasto de agentes econômicos:** comandando recursos reais e títulos de crédito através de títulos de crédito.

Agentes econômicos podem ser identificados pela função das decisões de gasto. Gasto pode ser definido como o comando de recursos reais e títulos de crédito através de títulos de crédito (moeda e outros títulos de renda fixa ou variável). Os agentes econômicos criam/reservam poder de gasto para comandar recursos reais através do processo de emissão, acumulação e troca de títulos de crédito entre os agentes econômicos. As decisões de gasto são independentes mas os efeitos são interdependentes, sendo assim a incerteza ou confiança das decisões de gasto são influenciadas pelas expectativas de gasto futuro.

**1.1) Empresa:** unidade decisória de gasto intermediário objetivando a produção de bens e serviços privados.

A empresa utiliza seu poder de gasto para comandar recursos reais (bens e serviços de capital e intermediários: trabalho, máquinas, instalações, insumos e manutenção) com o objetivo de produzir bens e serviços privados (podem ser vendidos a indivíduos, empresas ou governos específicos). A empresa toma decisões de gasto de produção (bens e serviços intermediários/ “capital variável”); investimento (bens e serviços de capital e manutenção/ “capital fixo”) e financiamento (emissão, acumulação e troca de títulos de crédito).

### **1.1.1) Decisões de produção:** decisões de gasto em bens e serviços intermediários.

A empresa toma decisões de produção gastando em bens e serviços intermediários como insumos (matérias-primas/componentes: contratos com fornecedores) e trabalho (salários: contratos com trabalhadores). Estes gastos variam com o nível de produção (custos variáveis), podem ser diretamente associados ao produto (custos diretos) e tem uma expectativa de retorno (recuperação do gasto através da venda do produto) de curto-prazo (menos de um ano).

As decisões de produção tem incerteza menor do que as decisões de investimento (gasto em capital fixo) devido ao horizonte de retorno que proporciona melhores estimativas dos gastos futuros dos outros agentes e porque podem ser melhor sincronizados com o nível de vendas do produto. Contratos de trabalho ou fornecimento de longo prazo (mais de um ano) poderiam transformar custos variáveis (decisões de produção) em custos fixos (decisões de investimento).

### **1.1.2) Decisões de investimento:** decisões de gasto em bens e serviços de capital.

A empresa toma decisões de gasto em bens e serviços de capital como máquinas, instalações e manutenção. Estes gastos não variam com o nível de produção (custos fixos), não podem ser diretamente associados ao produto (custos indiretos) e tem uma expectativa de retorno (recuperação do gasto através da venda do produto) a longo-prazo (mais de um ano).

As decisões de investimento tem incerteza maior do que as decisões de produção (gasto em capital variável) devido ao horizonte de retorno e porque não podem ser bem sincronizados com o nível de vendas do produto. Por exemplo, contratos de leasing de máquinas/equipamentos

padronizados de curto prazo (menos de um ano) poderiam transformar custos fixos (decisões de investimento) em custos variáveis (decisões de produção).

**1.1.3) Decisões de financiamento:** decisões de gasto para troca de títulos de crédito.

A empresa toma decisões de gasto através da emissão, acumulação e troca de títulos de crédito (títulos sem renda/prêmio como moeda, de renda fixa como debêntures ou de renda variável como ações). Poder de gasto não depende apenas de renda prévia, pode ser aumentado via emissão de títulos de crédito que não depende necessariamente da existência de poupança prévia. Embora inicialmente este processo de criação de crédito (poder de gasto) possa ser concebido na tradição neoclássica como uma “linha de crédito” que tem origem em poupança prévia que é emprestada pelo credor ao invés de títulos de crédito “emitidos” pelo devedor e aceitos pelo credor. O credor no entanto pode securitizar a dívida (subdividir o montante total em títulos negociáveis) e vendê-la no mercado primário e secundário de títulos. Securitizar aumenta a liquidez e permite ao credor administrar o risco da sua “carteira de empréstimos” (diversificar seu portfólio e aumentar sua liquidez ou poder de comando imediato sobre recursos reais e títulos de crédito).

A emissão de títulos de crédito não precisa ser necessariamente intermediada pela moeda que é um título de crédito sem renda emitido pelo governo. Muitos agentes (empresas fornecedoras, trabalhadores ou governo) podem aceitar total ou parcialmente o comando de recursos reais ou títulos de crédito diretamente através de títulos de crédito privados (notas promissórias, "duplicatas", debêntures, ações, opções de compra de ações etc.) como pagamento por recursos reais (trabalho, bens e serviços intermediários e de capital ou de títulos de crédito de outros agentes (troca de ações por exemplo).

A acumulação de títulos de crédito (poder de gasto) através de renda prévia não significa que estes serão utilizados para comandar recursos reais em qualquer ponto específico de tempo. Estes podem ser mantidos como reserva de poder de gasto indefinidamente.

As decisões de financiamento tem incerteza menor que as decisões de produção ou investimento pois a liquidez de títulos de crédito permite ampla diversificação e reconfiguração de portfólios de títulos em qualquer ponto do tempo.

**1.2) Indivíduo:** unidade decisória de gasto final objetivando o consumo de bens e serviços privados e públicos.

O indivíduo utiliza seu poder de gasto para comandar recursos reais (comando de bens e serviços intermediários e de capital através das decisões de trabalho, cidadania e empreendimento) objetivando o consumo de bens e serviços privados e públicos. O indivíduo toma decisões de gasto de consumo (gasto em bens e serviços de consumo); trabalho (bens e serviços de educação, treinamento e meios de procura por trabalho); empreendimento (bens e serviços empresariais pré-operacionais); cidadania (bens e serviços de contribuição eleitoral partidária e tributária governamental) e financiamento (emissão, acumulação e troca de títulos de crédito).

**1.2.1) Decisões de consumo:** decisões de gasto em bens e serviços finais de consumo.

O consumidor toma decisões de gasto em bens e serviços finais de consumo. O poder de gasto do consumidor não é limitado pela renda prévia ou riqueza acumulada podendo ser incrementado via “emissão de títulos de crédito”, usualmente descritas como “linhas de crédito” concedidas pelo credor (estas usualmente não são securitizadas embora

possam ser) que não depende necessariamente de transferência de poupança prévia mas das expectativas do poder de gasto futuro do consumidor.

**1.2.2) Decisões de trabalho:** decisões de gasto em bens e serviços intermediários de educação, treinamento e meios de procura por trabalho.

O trabalhador toma decisões de gasto em bens e serviços como educação, treinamento e meios de procura por trabalho sob expectativa de que poderá incrementar seu poder de gasto futuro. Estes gastos podem também ser indiretamente pagos por seus pais, governo ou empresas.

**1.2.3) Decisões de empreendimento:** decisões de gasto em bens e serviços de capital empresariais pré-operacionais.

O empreendedor toma decisões de gasto em bens e serviços pré-operacionais (custo fixo/ indireto) para o estabelecimento de empresas. Parte destes gastos não são contabilizados (trabalho e gastos em outros bens e serviços durante o desenvolvimento de uma idéia empresarial por exemplo) e quando contabilizados estes gastos em geral são depreciados a longo prazo (mais de um ano).

**1.2.4) Decisões de cidadania:** decisões de gasto em contribuições eleitorais partidárias e tributárias governamentais.

O cidadão toma decisões de gasto em contribuições eleitorais partidárias para o estabelecimento de governos e contribuições governamentais (impostos) embora contribuições governamentais sejam percebidas como involuntárias em tese são ratificados por processos de escolha governamental democrática.

**1.2.5) Decisões de financiamento:** decisões de gasto para troca de títulos de crédito.

Os gastos individuais não dependem necessariamente de renda prévia podendo o indivíduo "emitir títulos de crédito" para comandar recursos reais, proporcionalmente a sua credibilidade, através de cheques, cartão de crédito, notas promissórias, "prego" (etc.) ou instrumentos de crédito que podem em teoria ser securitizados, renegociados e compor um portfólio diversificado de menor risco.

**1.3) Governo:** : unidade decisória de gasto intermediário objetivando a produção de bens e serviços públicos.

O governo utiliza seu poder de gasto para comandar recursos reais (bens e serviços de capital e intermediários) com o objetivo de produzir bens e serviços públicos (bens e serviços de uso coletivo que é difícil ou não podem ser vendidos e cobrados a indivíduos e empresas específicas). O governo toma decisões de gasto de produção (bens e serviços intermediários/ "capital variável"); investimento (bens e serviços de capital e manutenção/ "capital fixo") e financiamento (emissão, acumulação e troca de títulos de crédito).

**1.3.1) Decisões de produção:** decisões de gasto em bens e serviços intermediários objetivando a produção de bens e serviços públicos.

O governo toma decisões de produção gastando em bens e serviços intermediários como insumos (matérias-primas/componentes: contratos com fornecedores) e trabalho (salários: contratos com trabalhadores). Estes gastos variam com o nível de produção (custos variáveis), podem ser diretamente associados ao produto (custos diretos) e tem uma expectativa de retorno (recuperação do gasto através da venda do produto) de curto-prazo (menos de um ano). As decisões de produção tem incerteza menor



do que as decisões de investimento (gasto em capital fixo) devido ao horizonte de retorno que proporciona melhores estimativas dos gastos futuros dos outros agentes e porque podem ser melhor sincronizados com o nível de vendas do produto. Contratos de trabalho ou fornecimento de longo prazo (mais de um ano) poderiam transformar custos variáveis (decisões de produção) em custos fixos (decisões de investimento).

A diferença do produtor governamental em relação ao produtor empresarial é que não existe necessariamente uma correlação exata/direta entre o nível de consumo de bens e serviços públicos de um cidadão e o pagamento de impostos por este cidadão que pode ser proporcional, regressiva ou progressiva em relação ao seu nível de renda. Impostos indiretos (incidentes sobre as empresas) tendem a penalizar os cidadãos de mais baixa renda que consomem uma maior parte de sua renda (alíquotas regressivas), porque estes impostos são em geral repassados aos consumidores. Impostos diretos sobre indivíduos podem ser proporcionais a sua renda ou ter alíquotas progressivas, tendo um efeito redistributivo, revertendo a tendência a concentração de renda de sistemas institucionais independentes competitivos ("mercado"). Essencialmente o agente produtor governamental não enfrenta a incerteza do produtor empresarial pois tem acesso compulsório a receitas (impostos) ou podem emitir títulos de crédito com baixos prêmios (juros) ou sem prêmio (moeda) devido a sua maior credibilidade devido a este acesso compulsório a receitas e circulação de moeda pela força da lei.

**1.3.2) Decisões de investimento:** decisões de gasto em bens e serviços de capital.

O governo toma decisões de gasto em bens e serviços de capital como infra-estrutura, instalações e manutenção. Estes gastos não variam com o nível de produção de bens e serviços públicos (custos fixos), não podem ser diretamente

associados ao produto (custos indiretos) e tem uma expectativa de retorno (recuperação do gasto através da venda do produto) a longo-prazo (mais de um ano). As decisões de investimento tem incerteza maior do que as decisões de produção (gasto em capital variável) devido ao horizonte de retorno e porque não podem ser bem sincronizados com o nível de consumo do produto.

O investidor governamental diferentemente do investidor empresarial não enfrenta o mesmo nível elevado de incerteza para gastos de longo prazo pois o investidor governamental pode usar sua maior credibilidade reforçada por lei para lançar mão de impostos e/ou títulos públicos com baixa renda (prêmio/juro) ou sem renda (moeda) para financiar a expansão da oferta de bens e serviços públicos.

**1.3.3) Decisões de financiamento:** decisões de gasto para troca entre títulos de crédito.

O governo toma decisões de gasto através da emissão, acumulação e troca de títulos de crédito (títulos sem renda/prêmio como moeda, de renda fixa como notas/letras). Poder de gasto não depende apenas de renda prévia (impostos), pode ser aumentado via emissão de títulos de crédito que não depende necessariamente da existência de poupança prévia. A credibilidade governamental (pelo acesso compulsório a impostos) é superior dos outros agentes privados permitindo a emissão de títulos de crédito em maior volume, menor prêmio e maior liquidez.

A acumulação de títulos de crédito (moeda e notas/letras nacionais/estrangeiras) não significa que estes serão utilizados para comandar recursos reais em qualquer ponto específico de tempo. Estes podem ser mantidos como reserva de poder de gasto indefinidamente. As decisões de financiamento tem incerteza menor que as decisões de produção ou investimento pois a liquidez de títulos de

crédito permite ampla diversificação e reconfiguração de portfólios de títulos em qualquer ponto do tempo.

## **2) Poder de gasto de agentes econômicos:** emissão, acumulação e troca de títulos de crédito.

Agentes econômicos emitem títulos de crédito para comandar recursos reais; acumulam títulos de crédito recebidos em troca da concessão de comando sobre recursos reais e trocam títulos de crédito, reservando poder de comando sobre recursos reais. A moeda é um título de crédito sem renda emitido pelo governo que assim como outros agente econômicos pode também emitir títulos de renda fixa ou variável.

Títulos de crédito podem ser definidos como "recursos monetários" em oposição a "recursos reais": moedas com diferentes graus de liquidez (facilidade de troca por recursos reais ou outros títulos de crédito o que é função sobretudo da credibilidade do emissor) e categorizados usualmente como M1 ("papel-moeda" emitido pelo governo e "moeda eletrônica/escritural" como depósitos à vista em bancos comerciais com uma certa garantia dada pelo governo, seguro e/ou banco central); M2 (M1 mais títulos governamentais de renda fixa); M3 (M2 mais títulos de renda fixa privados); M4 (M3 mais títulos de renda variável). Inclui-se sequencialmente títulos de crédito menos líquidos, de menor credibilidade e de maior risco.

A emissão de títulos de renda fixa ("bonds" por exemplo) ou variável (ações por exemplo) para comando de recursos reais pode ser intermediada (troca intermediária) pela moeda ou utilizada diretamente para comando de recursos reais (pagamento de um fornecedor com uma nota promissória/"duplicata" ou trabalhadores com ações ou opções de compra de ações por exemplo).

**2.1) Crédito:** poder de comando presente sobre recursos reais em troca de poder de comando futuro sobre recursos reais.

Crédito permite a agentes econômicos poder de comando presente sobre recursos reais em troca da promessa de poder de comando futuro sobre recursos reais aos agentes econômicos que presentemente controlam estes recursos reais. Embora inicialmente este processo de criação de crédito (poder de gasto) possa não ser securitizado e interpretado na tradição neoclássica como uma “linha de crédito” que tem origem em poupança prévia que é emprestada pelo credor ao invés de títulos de crédito “emitidos” pelo devedor e aceitos pelo credor. Agentes econômicos comandam recursos reais utilizando títulos de crédito (sem renda, renda fixa ou renda variável) emitidos pelos próprios agentes e aceitos pelos agentes econômicos detentores do controle sobre moeda (título de crédito sem renda emitido pelo governo, porém com grande liquidez ou capacidade de troca por recursos reais) ou recursos reais. Uma vez primariamente emitidos (“mercado primário”) estes títulos podem ser secundariamente trocados (“mercado secundário”).

A moeda é um título de crédito emitido pelo governo dando ao agente econômico, que a aceita em troca da transferência do controle sobre recursos reais, a promessa de poder comandar recursos reais no futuro. Devido a sua elevada aceitabilidade (liquidez ou confiança na promessa de futuro comando sobre recursos, também assegurado/obrigado por lei) este título de crédito pode ser emitido sem a compensação de um prêmio (renda futura), embora possa haver um prêmio negativo (inflação) ou positivo (deflação) causado pela elevação ou redução do nível geral de preços de bens e serviços reais (quanto mais elevada a inflação menos o agente econômico está disposto a aceitar ou segurar a moeda como uma reserva de valor e numa deflação o oposto aconteceria). O governo e outros

agentes econômicos podem também emitir títulos de crédito com renda fixa ou variável como um estímulo a sua aceitabilidade pelo credor/aceitador.

A moeda e outros títulos de crédito podem servir como meio de pagamento, reserva de valor (poder de gasto) e unidade de conta. Principalmente por força de lei a moeda nacional/local é preponderantemente utilizada como meio de pagamento e unidade de conta.

**2.2) Securitização de crédito:** decomposição de contratos de crédito em títulos negociáveis proporciona aumento de liquidez e diversificação de portfólios de títulos.

Um banco comercial pode abrir uma “linha de crédito” (empréstimo) para uma empresa simplesmente pela criação de “moeda escritural” (“título de crédito depósito a vista em conta corrente”) em contrapartida/troca ao “título de crédito empréstimo” emitido pelo “tomador” (empresa, indivíduo ou governo). O credor (banco)/devedor no entanto pode securitizar este empréstimo (subdividir o montante total em títulos de renda fixa negociáveis) colocá-lo no seu portfólio ou vendê-lo no mercado primário e secundário de títulos. Securitizar aumenta a liquidez e permite ao credor melhor administrar o risco da sua “carteira de empréstimos” (diversificar seu portfólio e aumentar sua liquidez ou poder de comando sobre recursos reais e títulos de crédito). Esta operação consiste simplesmente de uma troca de títulos de crédito entre o banco credor e o tomador dos “empréstimos” (título de crédito “depósito à vista” por um título de renda fixa). Depósitos à vista podem ser convertidos facilmente em recursos reais porque existe um sistema de reserva para este título de crédito (banco central) que funciona como um fornecedor de liquidez de última instância e que tem em geral algum tipo de garantia governamental (socialização de riscos empresariais). Portadores do “título de crédito depósito à vista” podem facilmente convertê-los em moeda ou recursos reais.

Um banco de investimento poderia fazer operação semelhante através de um “fundo monetário” (fundo de moedas e títulos de renda fixa de curto prazo governamentais e empresariais). O banco poderia trocar cotas do fundo (título de crédito) por títulos de renda fixa de uma empresa. A empresa poderia emitir cheques (ou outro meio de pagamento como um cartão de débito ou um cartão de crédito colateralizado/garantido pelas cotas do fundo) para adquirir recursos reais. Porém como bancos de investimento não tem um sistema de reserva de títulos (“banco central” como existe para títulos emitidos por bancos comerciais e governo) a liquidez é mais limitada (fundos monetários em geral tem um limite de número de cheques que podem ser emitidos em um mês por exemplo).

Securitização de crédito proporciona a princípio redução de riscos dos credores através do aumento de liquidez e diversificação de portfólios de títulos. Porém a ausência de um sistema de reserva de títulos para determinados títulos de crédito (ações e “bonds” privados por exemplo) pode aumentar o risco pela sua vulnerabilidade a “especulação emocional ou de adesão” (volatilidade) onde agentes compram/vendem sob emoção (otimismo, pessimismo, euforia ou pânico) ou tentando adivinhar o estado emocional e decisões dos outros agentes. Títulos governamentais e depósitos a vista de bancos comerciais tem tal sistema (banco central e tesouro nacional) sendo portando mais voláteis, mais líquidos ou facilmente aceitos por outros agentes.

**2.3) Emissão de títulos de crédito (“mercado primário”):** emissão de títulos sem renda, títulos de renda fixa e títulos de renda variável para comandar recursos reais e títulos de crédito.

Agentes econômicos podem emitir títulos de crédito sem renda (moeda por exemplo, que tem uma expectativa de renda negativa ou positiva implícita dependendo da

expectativa de inflação ou deflação futura), de renda fixa (“bonds” por exemplo) e renda variável (ações por exemplo) para comandar recursos reais e títulos de crédito.

A emissão de títulos de crédito não precisa ser necessariamente intermediada pela moeda (título de crédito sem renda emitido pelo governo). Muitos agentes (empresas fornecedoras, trabalhadores, governo) podem aceitar o comando de recursos reais ou títulos de crédito diretamente através de títulos de crédito privados (notas promissórias, “duplicatas”, debêntures, ações, opções de compra de ações) como pagamento por recursos reais (trabalho, bens e serviços intermediários) ou de títulos de crédito de outra empresas, troca de ações por exemplo).

A emissão primária de títulos de crédito podem se dar simultaneamente com a emissão primária de moeda ou outros títulos de crédito de alta liquidez: o banco central troca títulos de renda fixa do governo por moeda ou depósito a vista/moeda escritural; banco comercial troca empréstimo (título de renda fixa) por depósito a vista; banco de investimento pode trocar títulos de renda fixa por cotas de um fundo monetário.

Finalmente a emissão primária de títulos de crédito para comandar recursos reais ou títulos de crédito pode ser intermediada por moeda previamente emitida pelo governo (“mercado secundário” de moeda). Assim o agente trocava seus títulos de crédito por moeda e depois utilizaria esta para comandar recursos reais ou outros títulos de crédito (compra de ações, “bonds” ou outras moedas).

**2.4) Liquidez de títulos de crédito (“mercado secundário”):** capacidade de troca de poder de comando futuro de recursos reais por comando presente de recursos reais sem perda significativa de poder de gasto acima da expectativa de prêmio do título de crédito.

Após a emissão primária de títulos de crédito (quando o agente emitente troca-os por recursos reais ou outros títulos de crédito), o agente receptor pode trocá-los novamente em “mercados secundários” (“bolsas de valores” e outros “open markets”) por títulos de crédito mais líquidos (moeda) que por sua vez podem ser trocado por recursos reais em mercados de bens e serviços. A facilidade de conversão do título de crédito em moeda (que por força de lei é o título de crédito mais facilmente conversível em recursos reais) sem perda significativa de poder de gasto acima da expectativa de prêmio do título de crédito representa sua liquidez.

O título de crédito poderá também ser utilizado como reserva de poder de gasto (comando futuro sobre recursos reais). A facilidade de troca deste poder de comando futuro de recursos reais por comando presente de recursos reais sem perda de poder de gasto acima da expectativa de prêmio do título de crédito representa a liquidez do título de crédito. Se ocorrer um desconto de poder de gasto superior ao prêmio do título de crédito (expectativa de renda futura) é um sinal de que o mercado secundário para este título é pouco desenvolvido (baixo volume de trocas) ou que houve uma deterioração na confiança em relação a expectativa de renda futura embutida em tal título de crédito.

A moeda tem grau elevado de liquidez (por força de lei) pois pode ser facilmente convertido em bens e serviços (recursos reais). Outros títulos de crédito de renda fixa ou variável (ações, “bonds”) em geral devem ser trocados por moeda primeiro para depois utilizar esta para comandar recursos reais. A liquidez de títulos de crédito permite



ampla diversificação e reconfiguração do portfólio de títulos de agentes econômicos em qualquer ponto do tempo.

**2.5) Prêmio de títulos de crédito (“juro”, “lucro” e “royalty”):** adicional ao poder de comando futuro sobre recursos reais em relação ao poder de comando presente sobre recursos reais compensando o agente econômico por abrir mão de liquidez.

O prêmio de títulos de crédito é o adicional ao poder de comando futuro sobre recursos reais em relação ao poder de comando presente sobre recursos reais proporcional a liquidez do título de crédito. Quanto maior a liquidez menor o prêmio. O prêmio compensa o agente econômico por abrir mão de liquidez, por abrir mão de comando presente sobre recursos reais. O prêmio é a renda futura do título de crédito (expectativa de incremento ao preço corrente do título: juro, lucro, royalty, dividendo ou ganho de capital via incremento no preço corrente do título no mercado secundário) utilizado como indução para o credor aceitar o título de crédito.

Títulos de crédito sem renda (sem prêmio) como a moeda possuem alta liquidez podendo ser facilmente trocado por recursos reais ou outros títulos de crédito. Inflação ou deflação (elevação ou redução do nível geral de preços de recursos reais) podem criar uma prêmio real negativo ou positivo para a moeda.

Títulos de crédito de renda fixa como “bonds” governamentais e empresariais prometem ao credor um prêmio/ renda/ juro/ ganho de capital em adição ao valor/preço presente do título. Estes títulos tem em geral um “valor de face” e um prazo de vencimento quando o credor poderá receber este valor (incluindo o prêmio ou juro). O credor pode no entanto negociar este título em mercados secundários por um preço que leva em conta a expectativa de recebimento deste prêmio.

Títulos de crédito de renda variável como ações prometem ao credor (detentor do título) um prêmio/renda/lucro/ganho de capital (valorização do preço corrente) em adição ao valor/preço presente do título. Estes títulos em geral não tem um valor de face, um prazo de vencimento ou um prêmio definido tendo portanto uma incerteza maior em relação a expectativa de renda futura. Porém em geral confere aos credores (acionistas) direitos sobre o controle do emitente (empresa). O credor pode negociar este título em um mercado secundário onde o preço deste título tende a flutuar de acordo com a expectativa de renda futura (ganhos de capital ou dividendos) que por sua vez depende em geral da expectativa de crescimento de lucros, receitas, ativos, patrimônio líquido etc.

Quanto maior a liquidez do título de crédito, menor o prêmio. Quanto maior a credibilidade do emitente (confiança em relação a expectativa de recebimento futuro de poder de comando sobre recursos reais) menor o prêmio necessário para convencer agentes econômicos a aceitarem tal título de crédito e maior a liquidez.

## **2.6) Acumulação de títulos de crédito (“portfolio”):**

reserva de poder de gasto para comando futuro de recursos reais.

A acumulação de títulos de crédito (poder de gasto) através de renda prévia advinda da concessão de comando sobre recursos reais ou títulos de crédito (salários, juros, lucros, ganhos de capital, aluguel etc.) não significa que estes serão utilizados para comandar recursos reais em qualquer ponto específico do tempo. Estes podem ser mantidos como reserva de poder de gasto indefinidamente no portfolio de títulos de crédito do agente econômico ou trocados por moeda ou recursos reais.

A seleção de títulos de crédito do portfolio de um agente econômico refletirá diferentes níveis de liquidez

(capacidade de troca por moeda ou recursos reais) e diferentes expectativas de prêmio destes títulos que dependem da tolerância do agente econômico em relação a incerteza futura.

### **3) Estratégias de decisões de gasto de agentes**

**econômicos:** critérios para seleção de gastos e sistemas de decisão de gasto alternativos.

O poder de gasto dos agentes econômicos é utilizado de acordo com critérios para seleção de gastos e sistemas de decisão de gasto alternativos. Estes critérios são a estratégia do agente econômico ou o plano de ação para lidar com circunstâncias futuras incertas. As decisões dos agentes podem ser independentes mas os resultados destas decisões dependem das decisões e estratégias dos outros agentes.

Decisões de investimento/produção de empresas, gerando uma oferta de bens e serviços, não gerarão necessariamente a sua própria demanda pois esta dependerá das decisões de gasto dos demais agentes (empresas, indivíduos, governo) que gerarão a demanda agregada que irá determinar a oferta agregada que será de fato adquirida (comandada pelos agentes).

A estratégia determinará quais recursos reais (bens e serviços alternativos) e monetários (títulos de crédito alternativos) serão comandados (adquiridos) e quais processos de transmissão de decisões de gasto entre agentes econômicos serão utilizados (sistemas de coordenação, cooperação, subordinação e inovação de decisões de gasto de agentes econômicos) pois estes poderão também influir nos resultados objetivados (poder de gasto futuro).

Através de sua estratégia institucional os agentes independentes criam vantagens competitivas para compradores, fornecedores, trabalhadores, empreendedores, financiadores e governos.

O desenvolvimento de uma empresa depende da coordenação, cooperação, subordinação e/ou inovação entre agentes econômicos independentes. O empreendedor-fundador deve atrair compradores, fornecedores, trabalhadores, outros empreendedores (trabalhadores autônomos, sócios ou trabalhadores com remuneração parcial ou total de risco), financiadores (dispostos a trocar títulos de crédito de menor risco, como os de emissão governamental, por títulos de crédito de emissão privada de maior risco) e/ou governos (interessados teoricamente em benefícios e economias externas de apropriação coletiva), preferencialmente criando vantagens competitivas sustentáveis, em relação a outros empreendedores-fundadores, para atingir os objetivos da sua empresa.

Quanto maior as vantagens (acima do “mercado” ou média oferecida pelos demais empreendedores), e a credibilidade na sua execução/sustentação, maior será a capacidade do empreendedor-fundador de emitir títulos de crédito para comandar estes agentes e os recursos reais ou monetários de sua propriedade. Em tese um empreendedor-fundador poderia organizar uma empresa sem moeda governamental, apenas emitindo títulos de crédito (notas promissórias, cotas de participação, ações ou opções de compra de ações por exemplo).

A estratégia empresarial tradicional (fundada em microeconomia neoclássica) é institucionalmente estática (com pressuposições institucionais e de comportamento dos agentes limitadas) e se volta em geral apenas para a busca de vantagens competitivas para consumidores em relação aos demais agentes (estratégias/sistemas de decisão de gasto), aceitando condições institucionais ou de “mercado” dominantes, com conseqüências limitantes para o desenvolvimento da empresa e das vantagens competitivas para os próprios consumidores.

**3.1) Redução de custos:** aumento do poder de comando sobre recursos reais e títulos de crédito por unidade de poder de gasto.

Agentes econômicos podem aumentar o poder de comando sobre recursos reais e monetários (títulos de crédito) por unidade de poder de gasto reduzindo custos: comandando recursos reais e títulos de crédito concedidos a preços menores pelos agentes detentores do controle sobre estes recursos; ou dando comando sobre recursos reais e títulos de crédito a preços menores aos agentes buscando controle sobre estes recursos.

**3.1.1) Economias de escala:** redução de custos proveniente da agregação de gastos em atividades com custos variáveis semelhantes.

Agentes econômicos podem reduzir custos através da agregação de gastos em atividades com custos variáveis semelhantes. A agregação de gastos variáveis de produção (mão de obra e matéria prima) em uma mesma empresa/fábrica/ instalação de produção por exemplo possibilita a aquisição de equipamentos especializados para produção em massa resultando em um aumento de produtividade ou em última instância que uma unidade monetária de poder de gasto resultará no comando de um quantidade superior de recursos reais (produção maior).

**3.1.2) Economias de escopo:** redução de custos proveniente da agregação de gastos em atividades com custos fixos semelhantes.

Agentes econômicos podem reduzir custos através da agregação de gastos em atividades com custos fixos semelhantes. Uma instalação (escritório, fábrica, loja) pode ser utilizada por exemplo para dois produtos diferentes, economizando custos fixos. Diversificação/diferenciação de

produto ou serviço pode gerar economias de escopo pela diluição de custos fixos por unidade vendida.

**3.1.3) Economias de transação:** redução de custos proveniente da execução de gastos entre agentes dependentes ao invés de gastos entre agentes independentes.

Agentes econômicos podem reduzir custos através da execução de gastos entre agentes dependentes ao invés de gastos entre agentes independentes. Os custos de transação entre duas empresas independentes (custos contratuais, de informação, de procura, controle de execução contratual etc.) que são eliminados quando estas empresas passam para o mesmo comando (fusão, aquisição) ou a atividade /produção/ serviço é internalizada por um deles.

**3.1.4) Economias de barganha:** redução de custos provenientes da comparação de custos de agentes independentes fornecedores/compradores alternativos ou através do aumento do poder de barganha em relação a um agente independente fornecedor/comprador.

Agentes econômicos podem reduzir custos através da comparação de custos entre agentes independentes fornecedores ou compradores alternativos. Duas empresas integradas (dependentes em termos do fornecimento de bens ou serviços intermediários por exemplo) que se separam (se tornam independentes através de um “spin-off” por exemplo) podem agora procurar fornecedores/compradores alternativos (preços menores). Ou duas empresas com o mesmo fornecedor que se fundem e podem agora barganhar por preços menores.

**3.1.5) Economias externas:** redução de custos provenientes de gastos de outros agentes econômicos.

Agentes econômicos podem reduzir custos através de gastos de outros agentes econômicos como gastos privados

ou do governo em infra-estrutura por exemplo (estradas, energia etc.) especialmente se combinado com isenções fiscais.

**3.1.6) Economias de confiança:** redução de custos proveniente da diminuição de riscos de gastos passíveis de cálculo probabilístico.

Agentes econômicos podem reduzir custos através da redução de riscos de gasto passíveis de cálculo probabilístico como gastos passíveis de seguro (aquisição de uma apólice de empresas seguradoras: seguro de acidentes, litigação etc.); redução de prêmio de títulos de crédito (juros) através de colateralização (garantias em caso de não pagamento) ou histórico positivo de crédito (histórico positivo de quitação de débitos permite a redução de juros).

**3.2) Aumento de diferenciação:** gasto em produtos e serviços especializados.

Agentes econômicos podem aumentar a diferenciação através de gasto em produtos e serviços especializados (individualizados ou peculiarizados para características/objetivos específicos do agente econômico). Esta estratégia contrasta com gastos em produtos e serviços padronizados de massa (passíveis de economia de escala) que em geral são oferecidos a preços menores mas com a desvantagem de não atender a características específicas/diferenciadas dos agentes econômicos. Agentes econômicos podem estar dispostos a pagar um preço-prêmio por esta diferenciação.

**3.3) Aumento de poder de gasto:** gasto de acordo com a credibilidade ou condições de crédito.

Agentes econômicos podem aumentar seu poder de gasto direcionando seus gastos para agentes econômicos

controladores de recursos reais ou monetários (títulos de crédito) que estão dispostos a aceitar um montante menor de títulos de crédito (valor em moeda), prazos de vencimento maiores e menores prêmios (juros) para os títulos de crédito emitidos em troca dos recursos reais ou monetários, ou o que dá na mesma, conceder um montante maior de recursos reais ou monetários por unidade de valor dos títulos emitidos. Uma empresa, consumidor ou governo usariam seu poder de gasto para adquirir recursos reais por exemplo de um fornecedor disposto a aceitar como pagamento títulos de crédito com prazos de vencimento maiores, juros menores, montante menor de títulos de crédito ou conceder montante maior destes recursos reais.

**3.4) Distribuição de poder de gasto:** distribuição de poder de gasto futuro objetivando controlar recursos reais e títulos de crédito no presente.

Objetivando controlar recursos reais e monetários (títulos de crédito) no presente, agentes econômicos podem distribuir poder de gasto futuro através dos preços pagos aos agentes econômicos controladores de recursos reais ou monetários (títulos de crédito) ou através dos preços/prêmios fixados para seus produtos, serviços e títulos de crédito. Empresas distribuem salários, juros e lucros ao pagarem pelo controle de recursos reais ou monetários (títulos de crédito). A redução de preços de produtos e serviços aumenta a renda (poder de gasto) dos compradores/consumidores. O pagamento de prêmios maiores para títulos de crédito emitidos (dividendos, juros) aumenta a renda (poder de gasto) dos agentes receptores (credores).

**3.5) Redução de incertezas:** redução subjetiva de riscos não passíveis de cálculo probabilístico.

Agentes econômicos podem reduzir subjetivamente riscos não passíveis de cálculo probabilístico através por exemplo



da seleção de sistemas de decisão de gastos (processos de transmissão de decisões de gasto) que elevam o nível geral de confiança nas expectativas futuras de gasto.

Coordenação, cooperação ou subordinação de gastos entre agentes econômicos podem aumentar o nível geral de confiança em expectativas futuras de gasto reduzindo incertezas causadas pela independência decisória dos agentes. A coordenação de decisões de gasto entre comprador e fornecedor (sistema “just-in-time” por exemplo) reduz estoques, riscos de capital e incertezas.

**3.6) Adaptação institucional e tecnológica:** adotar tecnologias, estratégias e sistemas de decisão de gasto dominantes.

Agentes econômicos adotam tecnologias, estratégias e sistemas de decisão de gasto dominantes agindo em sintonia com a maioria dos demais agentes. O costume, familiaridade, eficiência ou confiabilidade dos agentes operando através destas tecnologias, sistemas e estratégias facilita a curto prazo a execução de seus planos de ação.

**3.7) Inovação institucional e tecnológica:** adotar tecnologias, estratégias e sistemas de decisão de gasto não dominantes ou criar novas.

Agentes econômicos adotam tecnologias, estratégias e sistemas de decisão de gasto não dominantes ou criam novas para estabelecer vantagens para si e/ou para os demais agentes, agindo em disintonia com a maioria dos outros agentes. A curto prazo esta estratégia dificulta a execução de planos de ação dos agentes (pela falta inicial de costume, familiaridade, eficiência ou confiabilidade), mas a médio longo prazo pode gerar uma vantagem (redução de custos, diferenciação) para si e/ou para os outros agentes.

#### **4) Sistemas de decisões de gasto de agentes econômicos:** processos de transmissão de decisões de gasto entre agentes econômicos.

Agentes econômicos utilizam processos de transmissão de decisões de gasto entre si como sistemas contratuais (agentes independentes) ou administrativos (agentes dependentes), coordenando (mantêm independência decisória), cooperando (perda parcial de independência decisória), subordinando (perda total de independência decisória) ou inovando (aumenta independência decisória) suas decisões de gasto. A descrição dos sistemas de decisão de gasto será feita assumindo o ponto de vista de empresas produtoras de bens.

##### **4.1) Sistemas de coordenação de decisões de gasto:** agentes econômicos mantêm independência decisória (“mercado”).

Agentes econômicos podem coordenar suas decisões de gasto através de sistemas contratuais (“mercado”) que são um processo de transmissão de decisões de gasto entre agentes econômicos onde estes mantêm sua independência decisória.

Sistemas de coordenação de decisões de gasto podem ser definidos como sistemas de indução, sinalização ou informação onde os agentes tomam decisões voluntárias e independentes. Os resultados destas decisões no entanto são interdependentes (princípio da demanda efetiva): realização de expectativas de renda futura de decisões de investimento ou produção de uma empresa por exemplo, dependerão das decisões de gasto dos demais agentes, que determinarão a demanda nominal agregada, que por sua vez determinará a oferta nominal agregada (produção vendida). Coordenar significa sinalizar/induzir decisões independentes para benefício coletivo, porém dependendo da eficiência dos sistemas de coordenação este benefício coletivo pode não

ser atingido, muito menos o benefício individual almejado pelo agente.

**4.1.1) Sistema de contratos à vista:** comando instantâneo sobre recursos reais.

Agentes econômicos podem assumir controle instantâneo sobre recursos reais através de contratos a vista onde títulos de crédito são trocados imediatamente por recursos reais utilizando diferentes processos alternativos: contratos à vista prefixados, pós-fixados ou sincronizados.

**A) Contratos à vista pré-fixados (“atacado/varejo”):** decisões de gasto de empresas baseadas na estimativa das decisões de gasto de consumidores/empresas com ajuste através da flutuação posterior de estoques (preços pré-fixados; quantidades produzidas pré-fixadas; estoques flutuam).

As decisões de gasto de empresas se baseiam em estimativas das decisões de gasto de consumidores/empresas compradoras com ajuste através da flutuação posterior de estoques.

Os preços dos produtos são pré-fixados, as quantidades produzidas são pré-fixadas e os estoques dos fabricantes/atacadistas/varejistas flutuam para ajustar a oferta a demanda.

**B) Contratos à vista pós-fixados (“leilão”):** decisões de gasto de empresas baseadas na estimativa das decisões de gasto de consumidores/empresas com ajuste através da flutuação posterior de preços (preços pós-fixados; quantidades produzidas pré-fixadas; preço flutua para “zerar” estoques).

As decisões de gasto de empresas se baseiam na estimativa das decisões de gasto de consumidores/empresas compradoras com ajuste através da flutuação posterior de

preços. Os preços são pós-fixados, as quantidades produzidas são pré-fixadas e os preços flutuam para “zerar” estoques ajustando a oferta a demanda.

**C) Contratos à vista sincronizados (“just-in-time”):** decisões de gasto de empresas sincronizadas com decisões de gasto de consumidores/empresas (preços pré-fixados; quantidades produzidas sincronizadas com quantidades vendidas; estoque mínimo).

As decisões de gasto de empresas são sincronizadas com as decisões de gasto de consumidores/empresas. Os preços são pré-fixados, as quantidades produzidas são sincronizadas com quantidades vendidas e os estoques são mínimos. Quando o estoque mínimo (equivalente ao tempo de transporte do vendedor para o comprador com uma margem de segurança dependendo da confiabilidade do fornecedor/transportador) está sendo utilizado/consumido a informação é enviada retroativamente na cadeia produtiva. As decisões de produção são sincronizadas com as decisões de consumo e o estoque mínimo é sempre recomposto a tempo.

**4.1.2) Sistema de contratos futuros:** comando futuro sobre recursos reais.

Agentes econômicos podem assumir controle futuro sobre recursos reais através de contratos futuros onde títulos de crédito são trocados por recursos reais entregues no futuro utilizando diferentes processos alternativos: contratos futuros pré-fixados, pós-fixados ou sincronizados.

**A) Contratos futuros pré-fixados (“sob encomenda”):** decisões de gasto de empresas baseadas em decisões de gasto prévia de consumidores/empresas (preços e quantidades pré-fixados; estoque mínimo).

As decisões de gasto de empresas se baseiam em decisões de gasto prévia de consumidores/empresas. Os preços e quantidades produzidas/vendidas são pré-fixadas (sob encomenda) e os estoques são mínimos.

**B) Contratos futuros pós-fixados (“sob encomenda indexado”):** decisões de gasto de empresas baseadas em decisões de gasto quantitativa prévia de consumidores/empresas com preços indexados (preço pós-fixado; quantidade pré-fixada; estoque mínimo)

As decisões de gasto de empresas se baseiam em decisões de gasto quantitativa prévia de consumidores/empresas com preços indexados. Os preços são pós-fixados (indexados para refletir a alteração de custos ou custos realmente incorridos); as quantidades produzidas/vendidas são pré-fixadas (sob encomenda com cláusula de preço aberta para refletir custos reais ao invés de estimados) e os estoques são mínimos.

**C) Contratos futuros sincronizados (“consumo futuro pré-pago”):** decisões de gasto de empresas baseados em decisões de gasto prévia de consumidores/empresas com pagamento adiantado (preço pré-fixado e quantidade pré-fixada; estoque mínimo; gastos sincronizados com receita).

As decisões de gasto de empresas se baseiam em decisões de gasto prévia de consumidores/empresas com pagamento adiantado. Os preços são pré-fixados e quantidades produzidas/vendidas são pré-fixadas; os estoques são mínimos e os gastos de produção (custos) são sincronizados com as receitas (pagamento adiantado).

**4.1.3) Estado coordenador:** sinaliza/induz decisões de agentes econômicos independentes através de sistemas de contratos à vista, futuro ou sincronizado.

O sistema de contratos envolvendo decisões de agentes econômicos independentes é suscetível a movimentos especulativos inflacionários/deflacionários (euforia/pânico) onde os agentes tentam antecipar as decisões dos outros agentes criando movimentos de gastos (contração/expansão) auto-realizáveis que não geram necessariamente os benefícios individuais ou coletivos objetivados.

O estado coordenador (ou instituição sem fins lucrativos independente) utiliza instrumentos de ação contra-cíclica (política monetária e fiscal por exemplo) e sinaliza parâmetros de ação aos agentes independentes a partir do qual a ação contra-cíclica pode ser ativada (taxas de crescimento mínimo ou taxa de inflação máxima). Os movimentos especulativos se tornam auto reversíveis na proporção da confiança dos agentes da ação contra-cíclica do estado coordenador, podendo este em última instância ter que agir para induzir/reforçar a confiança e ação dos agentes, preservando interesses individuais e coletivos.

**4.2) Sistemas de cooperação de decisões de gasto:** agentes econômicos independentes tem perda parcial de independência decisória.

Agentes econômicos podem tomar decisões de gasto cooperativamente através de sistemas administrativos onde estes tem perda parcial de independência decisória com a tomada de certas decisões de gasto interdependentes conjuntamente.

**4.2.1) Joint-ventures:** empresas independentes cooperaram em decisões de gasto para projeto empresarial conjunto.

Empresas independentes cooperaram em decisões de gasto para projeto empresarial conjunto havendo uma perda parcial de independência decisória das empresas participantes que tomam decisões administrativas de gasto conjuntas em relação a este projeto específico.

**4.2.2) Fusão:** empresas independentes se unem com divisão proporcional de poder decisório e passam a tomar certas decisões de gasto conjuntamente.

Empresas independentes se unem com divisão proporcional de poder decisório e passam a tomar certas decisões de gasto conjuntamente com as empresas independentes se tornando divisões de uma mesma empresa por exemplo, resultando em perda parcial de sua independência decisória.

**4.2.3) Cartéis:** empresas independentes de um mesmo setor industrial cooperam em estratégias de decisões de gasto específicas.

Empresas independentes de um mesmo setor industrial cooperam em estratégias de decisões de gasto específicas com perda parcial de independência decisória. Estratégias comuns (envolvendo decisões de produção, investimento, preço e/ou distribuição de poder de gasto por exemplo) podem ser feitas informal ou formalmente. Este conluio estratégico é em geral ilegal na maioria das economias nacionais (por exemplo por reduzir poder de gasto de consumidores através de aumento de preços) embora possa de fato ocorrer com certa frequência.

**4.2.4) Cooperativas:** empresas independentes de um mesmo setor industrial cooperam em decisões de gasto específicas.

Empresas independentes de um mesmo setor industrial cooperam em decisões de gasto específicas como por exemplo dividindo custos fixos de maior escala (instalações, equipamentos). Muito comum entre pequenas empresas agrícolas que dividem custos fixos associados com gastos em equipamento produtivo ou instalações comerciais/industriais.

**4.2.5) Subcontratação:** empresas independentes cooperam com empresas fornecedoras em decisões de gasto específicas.

Empresa independente coopera com empresa fornecedora em decisões de gasto específicas. Uma linha ou etapa de produção pode ser inteiramente transferida para uma empresa fornecedora independente; gastos em desenvolvimento tecnológico podem ser tomadas conjuntamente por exemplo.

**4.2.6) Franchising:** empresa-modelo independente coopera com empresa-clone independente em decisões de gasto amplas.

Empresa-modelo (“franqueador”) independente coopera com empresa-clone (“franqueada”) independente em decisões de gasto amplas. A franqueada tem produtos e técnicas administrativas idênticas ao franqueador. Estes cooperam em decisões de investimento e produção. A franqueada preserva porém independência decisória em relação a certas decisões de produção, por exemplo decisões de contratação de trabalhadores e compras dos fornecedores, embora estes possam ter que ser feitos seguindo critérios especificados pelo franqueador.



### **4.2.3) Estado cooperador:** estado coopera com agentes econômicos independentes.

O estado coopera com agentes econômicos independentes ou organiza a cooperação de agentes econômicos independentes. Comitês executivos por exemplo podem reunir representantes de diferentes órgãos estatais, representantes de empresas privadas e trabalhadores para supervisionar a execução de projetos/políticas de interesse comum, tomando certas decisões de gasto ou estratégias de decisões de gasto conjuntamente (decisões de investimento estatal e privado, decisões de produção como gastos salariais por exemplo).

### **4.3) Sistemas de subordinação de decisões de gasto:** agentes econômicos tem perda total de independência decisória.

Agentes econômicos subordinam decisões de gasto de outros agentes através de sistemas administrativos onde o agente subordinado tem perda total de independência decisória e passa a tomar decisões de gasto sob comando do agente subordinador.

#### **4.3.1) Truste horizontal:** empresas subordinam outras empresas no mesmo setor de atividade.

Empresas subordinam outras empresas no mesmo setor de atividade assumindo o controle sobre as decisões de gasto através da aquisição da maioria do capital da empresa.

#### **4.3.2) Truste vertical:** empresas subordinam outras empresas em setores acima ou abaixo na cadeia produtiva.

Empresas subordinam outras empresas em setores acima (compradores) ou abaixo (fornecedores) na cadeia produtiva assumindo o controle sobre as decisões de gasto através da aquisição da maioria do capital da empresa.

**4.3.3) Estado subordinador:** governos subordinam as decisões de gasto de outros agentes.

Governos subordinam as decisões de gasto de outros agentes através de regulamentação (leis); taxação; controles administrativos; aquisição de controle decisório/capital de empresas.

**4.4) Sistemas de inovação de decisões de gasto:** agentes criam ou substituem estratégias de decisões de gasto, sistemas de decisões de gasto, produtos e processos produtivos dominantes por opções alternativas não dominantes ou novas.

Agentes criam ou substituem estratégias de decisões de gasto, sistemas de decisões de gasto, produtos e processos produtivos dominantes por opções alternativas não dominantes ou novas. Este é um processo que acentua a independência decisória, com inexistência ou baixo grau de coordenação, cooperação ou subordinação de decisões de gasto entre agentes. Há um elevado grau de incerteza (risco não probabilístico) associado a estas decisões.

**4.4.1) Empreendimentos inovativos:** indivíduos formam empresas para desenvolver projetos inovativos.

Indivíduos formam empresas para desenvolver projetos inovativos criando ou substituindo estratégias de decisões de gasto, sistemas de decisões de gasto, produtos e processos produtivos dominantes por opções alternativas não dominantes ou novas.

**4.4.2) Intra-empreendimentos inovativos:** empresas desenvolvem projetos inovativos.

Empresas desenvolvem projetos inovativos criando ou substituindo estratégias de decisões de gasto, sistemas de decisões de gasto, produtos e processos produtivos

dominantes por opções alternativas não dominantes ou novas.

**4.4.3) Incubação de empreendimentos inovativos:** empresas/governo/universidades formam empresas independentes para desenvolver projetos inovativos.

Empresas (“venture capital”), governo ou universidades formam empresas independentes para desenvolver projetos inovativos criando ou substituindo estratégias de decisões de gasto, sistemas de decisões de gasto, produtos e processos produtivos dominantes por opções alternativas não dominantes ou novas, mas provêm coordenação, cooperação ou subordinação parcial para aumentar o índice de sucesso ou reduzir a mortalidade empresarial.

#### **IV - POLÍTICA ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANA: REDUZINDO INCERTEZAS ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO DE DECISÕES DE GASTO DE AGENTES INDEPENDENTES.**

O objetivo da política econômica institucional pós-keynesiana desenvolvida aqui é aperfeiçoar a coordenação decisória de agentes independentes pois esta seria uma política econômica ideologicamente neutra (centrista) podendo ser aceita/tolerada por ideologias a esquerda e direita. A oposição ao “sistema de mercado” ou “capitalismo” tem origem na descoordenação de decisões de gasto causada pela independência decisória de agentes econômicos, na iniquidade de poder destes agentes e na iniquidade de distribuição de renda e riqueza gerando excesso/falta de demanda agregada (inflação/recessão).

A busca de interesse individual através de decisões independentes de agentes econômicos (através de um sistema de contratos à vista de leilão ou varejo por exemplo) não gerará necessariamente benefício coletivo e não gerará necessariamente benefício individual como defendem os economistas neoclássicos. Um empresário que corta gastos para proteger seus lucros acaba vendo os seus lucros reduzidos na medida que sua receita se reduz porque outros empresários estão fazendo o mesmo, o que reduz a demanda agregada nominal que por sua vez reduz da oferta agregada nominal e os lucros.

Keynes (1936) advoga a necessidade de certo grau de “centralização” de decisões de gasto (rejeitando a necessidade de estatização dos meios de produção) através do estado (política fiscal/monetária elevando/restringindo consumo/investimento e a demanda nominal agregada) como forma de corrigir estas descoordenações das decisões de gasto de agentes independentes, não necessariamente corrigidas pelo “mercado”. Keynes (1936) era cético quanto a participação de não-empresendedores (baixa tolerância a

risco) e da securitização do processo de acumulação de capital (no contexto da crise especulativa de 1929) preferindo utilizar o sistema estado/banco central/bancos comerciais para financiar as decisões de produção e investimentos (mantendo taxas de juros baixas através da expansão monetária).

Este arranjo institucional porém favorece a concentração de riqueza (propriedade do capital empresarial), renda (lucro) e poder nas mãos da minoria de empreendedores e seus herdeiros (e em consequência eventual insuficiência de demanda agregada). Este processo pode ser contrabalançado por um sistema tributário progressivo sobre renda e propriedade (incluindo tributação sobre herança); regulamentação do estado de empresas oligopólicas/monopólicas (legislação anti-truste; controle de preços) e sindicatos de trabalhadores. Este arranjo institucional de tentar contrabalançar poderes é inferior a um arranjo institucional que busque eliminar a origem do problema, qual seja a não participação de todos os agentes econômicos no processo de acumulação de capital, ou homogeneização das fontes de renda reduzindo ou eliminando conflitos distributivos. Este pode ser melhor resolvido pela democratização e securitização do processo de acumulação de capital e desenvolvimento de mecanismos de coordenação (política fiscal, monetária, cambial por exemplo) para reduzir os movimentos especulativos. Esta alternativa enfrenta menor resistência política.

Uma estrutura institucional híbrida (decisões coletivas/individuais) utilizando e aperfeiçoando sistemas de cooperação ou subordinação de decisões de gasto (estado ou outras instituições independentes sem fins lucrativos) em conjunto com os sistemas de coordenação de gastos tradicionais (“mercado” de leilão/varejo) é preferível a estruturas tradicionais não híbridas (“socialismo estatal”, “capitalismo privado”), porém o desenvolvimento de

sistemas de coordenação decisória (mantendo o maior grau possível de descentralização de poder, induzindo/sinalizando decisões independentes que preservam o interesse coletivo e não apenas o interesse individual) tem maior potencial por enfrentar menor oposição ideológica.

O objetivo fundamental da política institucional pós-keynesiana definida aqui é reduzir incertezas causadas pela descoordenação decisória de agentes independentes utilizando/criando mecanismos de última instância para coordenação decisória contra-cíclica da demanda agregada (decisões de gasto agregada de agentes econômicos independentes). A existência destes mecanismos não tem caráter de centralização decisória mas de sinalização/indução de decisões independentes dos agentes para benefício coletivo. Funciona como um mecanismo de seguro coletivo. Idealmente estes tenderão a não ser utilizados na medida que os agentes independentes, tendo conhecimento e confiança na sua presença, antecipam a sua ação contra-cíclica: reduzindo gastos face a inflação e ampliando gastos face uma recessão, antecipando a ação dos mecanismos contra-cíclicos de coordenação da demanda agregada. Estes serão ativados somente em ultima instância.

**1) Diagnóstico institucional:** identificar agentes, estratégias e sistemas de decisões de gasto dominantes em uma economia nacional como base para o estabelecimento de políticas econômicas eficientes.

Inicialmente é necessário identificar agentes, estratégias e sistemas de decisões de gasto dominantes em uma economia nacional como base para o estabelecimento de políticas econômicas eficientes. Embora existam semelhanças entre diversas economias nacionais, as diferenças são significativas para exigir um modelo de análise econômica que não ignore tais diferenças.

**2) Política institucional:** democratização das decisões de financiamento; política econômica de coordenação contracíclica; desenvolvimento de sistemas de coordenação de gasto de contratos à vista e futuros sincronizados.

Embora o “diagnóstico institucional” e a política institucional possa variar em diferentes economias nacionais, em consequência do estabelecimento de objetivos normativos de diferentes ideologias a direita e a esquerda no espectro ideológico, existem determinadas políticas institucionais que tem um caráter de centro e portanto toleráveis pelos dois lados do espectro ideológico.

A esquerda tende a enfatizar sistemas de cooperação (sindicatos/cooperativas de trabalhadores) e subordinação (estado) como solução para as descoordenações decisórias de agentes econômicos independentes (que resultam em recessão, inflação ou má distribuição de renda) causadas por sistemas básicos de coordenação decisória (“mercado”: contratos à vista de leilão e/ou varejo). São por outro lado contra sistemas de subordinação ou cooperação empresarial (trustes ou cartéis empresariais) defendidos ou tolerados pela direita que por sua vez rejeita a eliminação/redução de independência decisória via sindicatos e intervenção do estado.

O aperfeiçoamento de sistemas de coordenação de agentes econômicos independentes objetivando o interesse coletivo (crescimento econômico, com baixa inflação e melhoria da distribuição de renda) sem perda de independência decisória (objetivando interesse individual) é um objetivo que não fere ou podem ser tolerados pelos dois lados do espectro ideológico.

A democratização das decisões de financiamento (democratização do capital ou participação dos trabalhadores/maioria dos cidadãos no processo de acumulação de capital) é uma política institucional

fundamental para a melhoria da distribuição de renda e harmonização de interesses (incremento da renda e capital de cidadãos de baixa renda, sustentando a demanda agregada). Esta pode ser desenvolvida principalmente através de fundos de seguridade social e reformas do sistema financeiro que facilitem o acesso direto e desburocratizado ao processo de acumulação de capital.

Política econômica contra-cíclica permite o aperfeiçoamento da coordenação entre agentes independentes (coordenação entre demanda agregada nominal e oferta agregada real), redução de incertezas (causadas pela independência decisória) e manutenção de elevadas taxas de crescimento com baixa inflação.

Outro elemento de política institucional é o desenvolvimento de sistemas de coordenação de gasto de contratos à vista e futuros sincronizados (coordenação de decisões de gasto de produção e investimento com as decisões de consumo) pois estes podem reduzir incertezas sem eliminar independência decisória. A criação de um sistema nacional de informação de decisões de gasto, comunicando decisões de consumo retroativamente na cadeia produtiva no momento do gasto em bens e serviços (sistema de de produção e estocagem “Just In Time”), através de terminais de pagamento conectados a sistemas de comunicação como a Internet por exemplo, pode substancialmente reduzir estoques e incertezas de decisões de gasto de produção e investimento.



**3) Política monetária:** diversificação do sistema de reservas de títulos de crédito e operações de “open market” comprando/vendendo títulos de crédito contra/a favor do ciclo econômico nacional e do mercado primário e secundário de títulos de crédito.

A política monetária tradicional é exercida pelo banco central (sob controle do estado ou com certo grau de independência) através de bancos comerciais (taxa de reservas do “título de crédito depósitos à vista”, taxa de redesconto, empréstimo das reservas etc.) e/ou operações de “open market” (compra e venda de títulos de crédito de renda fixa emitidos pelo governo ou bancos comerciais como o título de crédito “moeda” que tem circulação/aceitabilidade reforçada por lei). Isto favorece a capacidade destes agentes (governo e bancos comerciais) de emitirem títulos de crédito com prêmios menores devido ao alto grau de liquidez propiciado pelo banco central que age como um provedor de liquidez de última instância e um operador contra-cíclico (compra na baixa/venda na alta).

Outros agentes (bancos de investimento, empresas produtivas, governos municipais/ estaduais/ regionais) não tem este privilégio institucional e em consequência tem uma menor capacidade de emitir títulos de crédito (propiciando menos comando sobre recursos reais e títulos de crédito) e precisam pagar um prêmio maior devido a menor liquidez. Sob a perspectiva da “esquerda” (defesa de interesses coletivos) conceder tal privilégio a um segmento específico de empresas privadas (bancos comerciais) é algo recriminável (gerando um “cartório” de lucros oligopólicos). Sob a perspectiva a direita (defesa de interesses individuais) conceder tal privilégio a um governo central (governo federal/nacional) é algo recriminável (retirando poder de compra ou o poder de gerar poder de compra dos indivíduos e transferindo-os para uma burocracia centralizada).

Adicionalmente a forma não securitizada (não negociável) de “emissão de títulos de crédito” de bancos comerciais (troca entre “títulos de crédito depósitos a vista” por moeda ou “títulos de crédito empréstimos” emitidos/depositados pelos clientes ou banco central) aumenta o risco/incerteza devido a limitação da diversificação do portfolio de empréstimos, elevando o risco de insolvência e necessidade de intervenção do banco central (“socializando” prejuízos das quebras de bancos comerciais que com carteiras de empréstimos pouco diversificada e de alto risco/baixa credibilidade se defrontam com saques de depósitos à vista ilíquidos).

Keynes (1936), tendo como pano de fundo a “quebra” da bolsa de Nova York (1929), tendeu a se opor a securitização do sistema financeiro (por favorecer movimentos especulativos de euforia ou pânico) e favorecer a estrutura de bancos comerciais de contratos não negociáveis (empréstimos a prazo fixo). As vantagens da securitização (diversificação de portfolio e liquidez que reduzem riscos e prêmios dos títulos de crédito) devem ser comparadas com as desvantagens (incremento de volatilidade causada por movimentos especulativos). Porém, inovações institucionais podem significativamente diminuir as desvantagens: banco central exercendo uma política monetária contra-cíclica em um mercado de títulos de crédito mais amplo (incluindo por exemplo ações e debêntures privadas) por exemplo.

Agentes especuladores (utilizando análise técnica/gráfica de preços por exemplo) compram/vendem bens reais ou títulos de crédito porque acham que os outros agentes vão comprar/vender criando previsões auto-realizáveis. A presença de um agente contra-cíclico (e alta confiança na sua eficiência) porém, altera este fenômeno fazendo com que os agentes abandonem a tendência especulativa a partir de certo patamar inflacionário ou deflacionário (elevação/redução no nível de preços de bens e serviços reais e/ou títulos de crédito acima de um patamar que possa

detonar uma corrida especulativa de euforia ou pânico) pois sabem que o agente contra-cíclico induzirá a reversão de direção. Com isso ciclos especulativos (picos e vales) tendem a ser achatados e a intervenção estatal/central de última instância tende a diminuir e não a aumentar (o que ocorre em modelos institucionais neoclássicos devido a constante crise cíclica de demanda agregada nominal insuficiente para comprar a oferta agregada real).

Bancos comerciais privados são uma obsolescência econômica (menor liquidez/maior risco) e política (cartório privado de lucros oligopólicos injustificáveis por qualquer ideologia) em relação a bancos de investimento. Bancos comerciais estatais/banco central estatal (que aumenta o poder de gasto do estado pelo acesso deste a emissão de moeda ou troca automática de títulos de renda fixa por moeda) são questionáveis do ponto de vista de um lado do espectro ideológica (que preferiria coordenação de decisões independentes de agentes ao invés de mecanismos de centralização/dependência decisória que incrementa o poder do estado).

Bancos de investimento/corretoras (que compram/vendem títulos de crédito e administram fundos de títulos de crédito) e um banco central de bancos de investimento são uma estrutura institucional economicamente mais adequada (maior neutralidade ideológica e maior eficiência econômica em termos de redução de incerteza com preservação de independência decisória). O banco central deve comprar/vender índices de títulos de crédito (portfólio de títulos de crédito de todos os agentes econômicos: moeda, títulos de renda fixa e variável privados e governamentais) contra o ciclo econômico nacional e do “mercado secundário” nacional de títulos de crédito. E deve comprar portfólio-índices de títulos de crédito no mercado primário a favor do ciclo econômico.

Fundos monetários de bancos de investimento podem/devem substituir depósitos à vista de bancos comerciais. O banco de investimento trocaria títulos de renda fixa de uma empresa por cotas do fundo monetário (que pode ser movimentado via cheques ou como colateral para um cartão de crédito por exemplo) depositando parte destes títulos no banco central. Este sistema de reserva de títulos representa uma ampliação do sistema já existente para depósitos à vista de bancos comerciais e títulos de renda fixa do governo. A política monetária deve ser direcionada para operações de “open market” com maior diversificação de títulos de crédito.

**4) Política fiscal:** sistema tributário direto progressivo com aumento/redução de gastos públicos, deduções seletivas e taxas de impostos contra/a favor do ciclo econômico nacional.

Política fiscal não é um instrumento de política econômica ideologicamente neutro pois envolve transferência de gastos entre a esfera individual/empresarial e coletiva (governamental). Ideologias a esquerda (“coletivistas”) buscam em geral o incremento de gastos públicos (principalmente para educação e saúde) e impostos (com alíquotas progressivas sobre a renda). Ideologias a direita (“individualistas”) buscam em geral redução de gastos públicos (embora busquem o aumento de gastos em segurança) e impostos (preferindo o financiamento destes gastos públicos através de endividamento ou baixas alíquotas únicas sobre renda ou consumo).

A utilização de política fiscal de maneira economicamente eficiente é portando dificultada pelo aspecto da quebra da confiança na ação contra-cíclica devido a rotação de governos, especialmente quando um governo a direita contrário a este tipo de política econômica assume o poder. Porém se utilizada deve-se aumentar/reduzir os gastos

públicos e/ou deduções de impostos contra o ciclo econômico nacional. Deduções de impostos para gastos específicos (casa própria, contribuições para seguridade social privada como seguro de saúde ou fundos de aposentadoria) são a alternativa mais adequada para ideologias a direita pois mantém a decisão de gasto na esfera individual. Deve-se também aumentar/reduzir alíquotas de impostos a favor o ciclo econômico: aumento de alíquotas durante a expansão econômica e redução durante a retração. Ou seja o governo se torna superavitário durante a expansão e deficitário durante a retração econômica. O objetivo é administrar a demanda agregada evitando o “superaquecimento” da economia (inflação causada pelo excesso de demanda agregada em relação a capacidade produtiva instalada) ou “desaquecimento” econômico (recessão causada pela falta de demanda agregada gerando capacidade produtiva ociosa).

O sistema tributário deve ser direto e progressivo sobre a renda e propriedade de indivíduos (impostos sobre a pessoa jurídica são apenas repassados a pessoa física e igualmente a impostos sobre o consumo são regressivos pois penalizam desproporcionalmente os grupos de renda mais baixa que tem uma parcela maior de sua renda gasta em bens e serviços de consumo). As alíquotas devem ser aumentadas/reduzidas a favor do ciclo econômico nacional (aumento na expansão e redução na contração da demanda agregada) e do mercado secundário de títulos de crédito. Aumento de deduções de impostos (gastos deduzidos da renda tributável ou deduzidos dos impostos) na recessão são um instrumento preferível a alteração de alíquotas na medida que a expansão de gastos é garantida enquanto um corte de impostos não garante necessariamente que estes serão gastos.

A pessoa jurídica não deve ser tributada pois apenas repassará os impostos para consumidores (preferencialmente se houver poder de mercado),

trabalhadores ou investidores individuais/pessoa física. Esta tributação indireta apenas distorce a progressividade do sistema tributário que além de ser em geral considerada mais justa (o que é refutado por ideologias mais a direita mais centradas na noção de justiça pela igualdade/suficiência de oportunidades), é economicamente mais eficiente em termos de sustentação da demanda agregada.

Um sistema de distribuição de renda concorrencial inevitavelmente leva a concentração de renda e problemas de “insuficiência de demanda”/ “excesso de oferta” setorial ou agregada: A medida que a renda aumenta o percentual gasto em consumo diminui, sendo necessário o incremento e manutenção de gastos de investimento para gerar a demanda agregada/setorial para a crescente expansão da oferta agregada/setorial. Historicamente não há coordenação eficiente deste processo gerando ciclos econômicos e uma tendência a estagnação econômica, que poderia ser evitada/reduzida pela progressividade tributária, embora este mecanismo não seja distributivamente neutro entre cidadãos gerando controvérsias ideológicas/políticas.

**5) Política cambial e tarifária:** moeda-portfolio global com compra/venda contra cíclica de portfolio-índice de títulos de crédito estrangeiros.

A balança comercial tende a variar contra o ciclo econômico (déficit durante expansão e superávit durante recessão) e a balança de capitais tende a variar a favor do ciclo econômico (superávit durante expansão e déficit durante recessão). As reservas cambiais devem ser mantidas em um portfolio diversificado (índice) de títulos de crédito estrangeiros (principalmente moedas e títulos de renda fixa governamentais de curto prazo de economias nacionais com baixa inflação). A política cambial deve ser de compra/venda de portfolio-índice de títulos de crédito estrangeiros contra o ciclo econômico nacional e do mercado secundário

nacional de títulos de crédito: venda de títulos/moeda na expansão e compra na retração.

O portfólio de títulos estrangeiros deve ser o mais diversificado possível, de preferência seguindo uma convenção internacional de composição de acordo com algum critério como o tamanho do PIB/PNB/renda nacional ou participação no comercial mundial do país emitente. Assim o preço das cotas deste fundo poderiam em tese servir de moeda global. Alternativamente esta composição pode se dar por um acordo de contrapartidas bilaterais entre países. Um título de crédito/moeda nacional é aceito em transações e mantido na composição das reservas internacionais na medida que o país emitente faça o mesmo em relação a títulos de crédito/moeda nacionais.

A política de tarifas comerciais deve ser de eliminação de todas as tarifas e substituição por controles quantitativos dentro de uma política de reciprocidade bilateral entre economias nacionais. Impostos ou tarifas sobre a produção e comércio tem um caráter regressivo, penalizando proporcionalmente os cidadãos de mais baixa renda (pois consomem uma maior parcela de sua renda). Além disso evitam o aumento da concorrência, favorecendo a ineficiência e/ou lucros de oligopólio/monopólio. A reciprocidade quantitativa setorial de importações permite uma melhor administração da balança comercial e da inflação/recessão, aumentando a concorrência pelo incremento de exportações/ importações e aliviando pressões eventuais de “excesso” de demanda ou oferta agregada ou setorial.

**6) Política de rendas e capital:** aumento/redução de alíquotas de contas individuais de contribuição de seguridade social/investimento sobre a renda e consumo setorial a favor do ciclo econômico nacional.

A concentração de renda e capital tem conseqüências políticas (conflito distributivo), sociais (condições inadequadas de vida de indivíduos de renda baixa) e econômicas (deficiências de demanda agregada). Estas iniquidades podem ser corrigidas a posteriori através de imposto progressivo sobre a renda e propriedade (especialmente heranças). Estas correções a posteriori enfrentam porém maiores resistências políticas especialmente dos indivíduos de renda/riqueza mais elevada. Políticas direcionadas a corrigir estas iniquidades na sua origem (estrutura institucional inadequada) podem ser muito mais eficientes. A participação da maioria dos indivíduos (não apenas empreendedores/administradores mas fundamentalmente trabalhadores) no processo de acumulação de capital através de participação acionária empresarial em fundos de seguridade social é um exemplo.

As alíquotas de contribuições compulsórias de seguridade social (seguro de saúde, aposentadoria, desemprego privados ou públicos) ou investimento (fundo coletivo ou preferencialmente fundo individual sob administração de uma instituição de livre escolha), incidentes sobre a renda e/ou consumo (separados/discriminados dos preços e repassados a contas individuais) devem ser aumentas/reduzidas a favor do ciclo econômico nacional e do mercado secundário de títulos de crédito (aumento na expansão e redução na contração da demanda agregada). Os fundos de seguridade social devem ser canalizados para o mercado primário e contra-ciclicamente ao mercado secundário de títulos de crédito.

O salário mínimo deve ser aumentado independente do ciclo econômico nacional pois o aumento constante do padrão mínimo de vida (decisões de gastos mínimos de consumo) é uma âncora (segurança) para as decisões de investimento e a tendência do ciclo econômico, tornando menos incerta a demanda agregada. Sem o firme comprometimento da sociedade (governo) de elevar os



gastos mínimos de consumo, eleva-se a incerteza das decisões de investimento (gastos com retorno acima de um ano como máquinas, equipamentos e instalações).

Devem haver leis ou incentivos fiscais para remuneração parcial de trabalhadores na forma de títulos de crédito empresariais de renda variável (ações e opções de compra de ações) com renegociação limitada (incorporadas por exemplo a fundos individuais de seguridade social) reduzindo incertezas das decisões de produção (gastos com remuneração de trabalhadores), diversificando a fonte de renda dos trabalhadores (reduzindo a incerteza de decisões de consumo face a ameaça de desemprego), reduzindo o conflito distributivo entre capital e trabalho.

Deve ser criado um sistema de reservas de títulos de crédito sob controle do banco central, expandindo o atual sistema de reservas de títulos de crédito emitidos por bancos comerciais e governo. Sem tal sistema, especialmente em relação a títulos de renda variável (ações), a democratização do capital (participação da maioria dos cidadãos, especialmente trabalhadores, na acumulação de capital) fica vulnerável a movimentos especulativos de euforia e pânico que podem comprometer a eficiência deste processo e afetará também a demanda agregada. Uma substancial retração/incremento no valor dos títulos, reduzindo a riqueza nominal dos seus proprietários poderá reduzir/aumentar sua demanda por recursos reais gerando inflação/deflação (recessão) no mercado de recursos reais.

**7) Política industrial e tecnológica:** escolha de índice-portfólios de títulos de crédito que determinam a composição de fundos de seguridade social, governamentais e do banco central.

A seleção de títulos de crédito para comporem o portfólio de fundos de seguridade social, governamentais e do banco central (autoridade monetária) deve seguir índices de

composição pré-definidos. A gestão destes fundos deve ser passiva já que o objetivo aqui não é subordinar (centralizar) as decisões de gasto independentes (descentralizadas) dos agentes mas de coordená-las (não é de escolher quais empresas específicas devem ser financiadas mas sinalizar/induzir decisões independentes setoriais microeconômicas para benefício coletivo macroeconômico). Consumidores, investidores, financiadores e trabalhadores independentes continuam influenciando quais empresas serão bem sucedidas obtendo crescimento de receita, lucros, ativos e/ou patrimônio líquido.

A escolha dos índices-portfolio devem favorecer setores com alto potencial de renda presente e futura. Deve haver um índice representativo das maiores empresas em termos de receita, lucro, capitalização (valor de mercado), patrimônio líquido e/ou participação setorial de mercado e um índice representativo das empresas de maior crescimento de receita, lucro, capitalização e/ou participação de mercado. Teoricamente as primeiras são empresas líderes setoriais (“blue chips”) e as segundas são as empresas inovadoras (“techs”), buscando-se obter um balanço entre o que o mercado sinaliza para o presente e para o futuro. Os índices seriam representativos de títulos de renda fixa (bonds/debentures) e títulos de renda variável (ações).

Alternativamente pode-se utilizar um índice representativo de todo o mercado (a política industrial e tecnológica sanciona a tendência do mercado) ou um índice setorial ativo temporário, mais apropriado a países em desenvolvimento com deficiências setoriais e de acumulação de capital de difícil superação através do “mercado livre” (financeiro e comercial) devido a disparidade de poder de mercado (poder financeiro e comercial) entre empresas nacionais nascentes e empresas multinacionais dominantes.

## **V - INOVAÇÃO ECONÔMICA INSTITUCIONAL PÓS-KEYNESIANA: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO DE DECISÕES DE GASTO PARA AGENTES ECONÔMICOS INDEPENDENTES.**

O desenvolvimento de instituições para coordenação de decisões de gasto de agentes econômicos independentes permite que decisões individuais gerem benefício individual e coletivo simultaneamente. Keynes (1936) e a história econômica mundial demonstram que decisões individuais independentes não beneficiarão necessariamente o interesse individual e coletivo como defendem neoclássicos/neoliberais (“direita ideológica”). Decisões coletivas não beneficiarão necessariamente o interesse individual ou coletivo como defendem marxistas/socialistas (“esquerda ideológica”). Keynes (1936, cap. 24) defende um modelo institucional híbrido combinando decisões individuais e coletivas com a adição de sistemas de cooperação e subordinação decisória (estado) aos sistemas de coordenação decisória (“mercado”).

O desenvolvimento de sistemas de coordenação (mantendo independência decisória) são uma alternativa preferível, mais eficiente e ideologicamente neutra, pois avança interesses econômicos coletivos (como querem a esquerda ideológica) sem restringir a liberdade econômica individual (como querem a direita ideológica), devendo o uso ou desenvolvimento de sistemas de cooperação ou subordinação serem apenas complementares a falhas do primeiro.

Keynes (1936, p. 377-8) destaca que apesar da “importância vital de estabelecer certos controles centrais em questões que são correntemente deixadas predominantemente nas mãos da iniciativa individual, uma larga margem de campos de atividade não seriam afetados. O estado terá que exercer uma influência guiadora sobre a

propensão a consumir através do sistema tributário, parcialmente através da fixação da taxa de juro e parcialmente talvez de outras maneiras. Adicionalmente parece ser improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros será suficiente por si só em determinar uma taxa adequada de investimento. Eu concebo, assim, que uma um tanto compreensiva socialização do investimento será provado como a única maneira de assegurar uma aproximação do pleno emprego; isto não excluirá no entanto todas as maneiras de compromissos e mecanismos através do qual a autoridade pública busca cooperar com a iniciativa privada. Fora disso não existe razão suficiente para um sistema de estado socialista que incorpore toda vida econômica de uma comunidade. O fundamental para o estado não é a propriedade dos meios de produção. Se o estado for capaz de determinar os recursos agregados utilizados para aumentar os meios de produção e a taxa básica de remuneração para os seus proprietários, o estado terá alcançado tudo que é necessário. Além disso, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem a quebra nas tradições gerais da sociedade”.

O modelo keynesiano de sistema financeiro é centrado no estado, bancos comerciais (sistema não securitizado) e um banco central estatal que “ignora” incertezas de longo prazo (a qual os agentes privados são vulneráveis), financiando investimentos produtivos (infra-estrutura, máquinas, equipamentos, instalações) privados ou estatais. Neste processo a taxa de juros e a “eficiência marginal do capital” (taxa de desconto que faz o valor presente das anuidades esperadas de retorno de um ativo de capital no seu tempo de vida igualar o seu preço de oferta) tenderiam a declinar. O agente econômico privado “rentista” (recebedor das rendas de capital) tenderia a perder importância ou desaparecer.

Keynes parece ser cético quanto a um processo de democratização do capital e securitização do sistema

financeiro pela sua vulnerabilidade a euforia/pânico especulativo principalmente quando a propriedade de títulos de crédito esta nas mãos de indivíduos com baixa tolerância a incerteza ao invés de empreendedores com “espírito animal”. Esta análise é feita no contexto da quebra da bolsa de Nova York (1929) e a depressão econômica que se seguiu.

Inovações institucionais, como a propriedade de títulos através de fundos de seguridade social, fundos mútuos, queda nos custos de transação de títulos de crédito e aumento da liquidez de títulos de crédito através de bolsas eletrônicas, alteraram este contexto. Porém não proporcionam, principalmente ao mercado de títulos de renda variável (ações), uma redução de incertezas suficiente para solidificar um processo amplo de democratização da propriedade de títulos de crédito. Isto pode ser conseguido com a ampliação/expansão do sistema de reservas e política contra-cíclica do banco central para títulos de crédito de maior risco (ações e debêntures/bonds privados por exemplo).

O modelo de sistema financeiro centrado em bancos comerciais/banco central/estado enfrenta porém oposição a direita e esquerda do espectro ideológico. Do ponto de vista à esquerda porque favorece a concentração da propriedade dos meios de produção (“capital”) nas mãos de uma minoria (empresários) sob “proteção” do estado que estaria “socializando” parcela substancial do risco empresarial (uma política monetária e fiscal contra-cíclica eficiente reduz riscos, custos e capacidade ociosa das empresas). Do ponto de vista à direita este modelo centraliza excessivamente poder nas mãos do estado, podendo levar este a exercer inclusive um papel de escolha dos projetos empresariais/setores a serem financiados (através de política industrial/crédito seletivo). Keynes (1936, p.380) no entanto destaca que “as vantagens da eficiência da descentralização de decisões e da responsabilidade individual são ainda mais

importantes do que no século XIX”; (...) (p.379) e “é determinando o volume, não a direção do nível real de emprego que o sistema existente não funciona.”

Um modelo pós-keynesiano deve preferivelmente reduzir incertezas através do desenvolvimento de instituições (sistemas) de coordenação de decisões de gasto de agentes econômicos independentes, permitindo níveis mais elevados de gasto. Ao mesmo tempo deve-se democratizar a capacidade de emissão e a propriedade (recepção) de títulos de crédito, dando a maioria dos cidadãos poder para determinar a direção de gastos na economia. Este objetivo tem uma maior neutralidade em relação as ideologias tradicionais (“liberal-individualista”/ “socialista-coletivista”) permitindo preservar interesses individuais e coletivos simultaneamente. Mecanismos de intervenção (centralização) decisória de última instância podem ser utilizados na medida que descoordenações decisórias (euforia/pânico inflacionário/deflacionário) prejudicam interesses individuais e coletivos.

O objetivo é reduzir incertezas através do aumento da coordenação decisória através da elevação da liquidez, diversificação de portfólios, redução da volatilidade de preços, elevação da confiança da coordenação contra-cíclica da autoridade monetária e democratização da emissão e propriedade de títulos de crédito.

Inovações tecnológicas (telecomunicações/informática) e institucionais (política fiscal/monetária contra-cíclica com títulos de crédito governamentais; bolsa de valores eletrônica; desenvolvimento de fundos de seguridade social e outros produtos financeiros) levaram ao avanço do processo de democratização/securitização do crédito. O sistema financeiro atual é um sistema híbrido em termos de securitização e da presença ou não de uma instituição de coordenação contra-cíclica de liquidez.

Bancos comerciais (emitente de “depósitos à vista” e títulos de renda fixa) e o governo (emitente de títulos de crédito sem renda/moeda e de renda fixa/“bonds”) tem uma instituição de coordenação contra-cíclica: um banco central estatal, ou com certo grau de independência (instituição sem fins lucrativos), que amplia a liquidez e conseqüentemente a atratividade/aceitabilidade/confiança dos títulos de crédito emitidos pelos bancos comerciais e governo que por sua vez pagam baixos ou nenhum prêmio (moeda, que de fato tem o prêmio negativo da inflação) aos agentes que aceitam tais títulos.

Empresas, Bancos de investimento e corretoras emitem/compram/vendem títulos de crédito (ações, debêntures, cotas de fundos de títulos de crédito etc.) cuja liquidez é ampliada por bolsas de valores e “market-makers” privados (corretoras que se especializam em um/alguns títulos de crédito e teoricamente estabelecem/honram um determinado preço de compra e venda). Estes não tem uma instituição sem fins lucrativos de coordenação contra-cíclica como o banco central. O resultado é uma maior volatilidade e menor liquidez em comparação a títulos de crédito emitidos pelo governo e bancos comerciais, e a necessidade da expectativa de prêmios maiores (dividendos, juros ou ganhos de capital pela valorização do preço do título no mercado secundário/bolsa de valores).

A securitização de emissão de crédito (poder de gasto) permite uma maior diversificação do portfólio de títulos de crédito. Isto reduz riscos/incertezas, reduz prêmios de títulos de crédito e aumenta a confiança/aceitabilidade destes títulos. Um banco comercial tem uma carteira mais limitada de empréstimos, enquanto um banco de investimento tem uma carteira de títulos de centenas ou milhares de diferentes títulos de crédito emitidos por diferentes agentes econômicos. Adicionalmente a credibilidade do emitente do título de crédito é

constantemente ajustada pelo mercado secundário de títulos de crédito, enquanto o banco comercial pode acumular empréstimos de devedores com baixa ou deteriorante credibilidade sem reflexão no balanço do banco. A securitização e diversificação permite a democratização da propriedade de títulos de crédito e da renda proveniente de prêmios e ganhos de capital destes títulos.

O lastreamento/contrapartida da expansão/restricção da emissão de moeda pelo banco central através da compra/venda de índices diversificados no “open market” (portfolios pré-definidos de títulos de crédito representativos do mercado secundário total de títulos de crédito emitidos por diferentes agentes com diferentes maturidades, tipos de risco e renda fixa ou variável) e política monetária contra-cíclica permitiria uma confiança maior na moeda. Esta estaria lastreada na credibilidade (confiança na troca de moeda por outros títulos de crédito) e capacidade produtiva da economia (confiança na troca de moeda por recursos reais), ou seja na liquidez ampla da economia.

Keynes (1936, p. 205) enfatiza que “se a autoridade monetária estivesse preparada para negociar nos dois sentidos em termos específicos com títulos de crédito (“dívidas”) de todas as maturidades, e além disso se estivesse preparada para negociar com títulos de crédito de diferentes níveis de risco, o relacionamento entre o conjunto de taxas de juro e a quantidade de moeda seria direta. O conjunto de taxas de juros seria simplesmente uma expressão dos termos em que o sistema bancário esta preparado para adquirir ou vender estes títulos de crédito; e a quantidade de moeda seria a quantidade que consegue achar uma casa sob a posse de indivíduos que, depois de levarem em consideração todas as circunstâncias relevantes, preferem o controle de moeda líquida em vez de trocarem esta por um título de crédito nos termos indicados pela taxas de juros de mercado. Talvez a oferta conjunta pelo banco



central para comprar e vender a determinados preços títulos de crédito de alta credibilidade de todas as maturidades, ao invés de apenas títulos de crédito de curto prazo, seja o mais importante desenvolvimento prático que possa ser feito na técnica de administração monetária. (...) (p.207) depois que a taxa de juros tenha caído abaixo de certo nível, a preferência pela liquidez pode se tornar virtualmente absoluta no sentido que quase todos preferirão moeda ao invés da posse de títulos de crédito que tem uma renda tão baixa. Talvez este caso possa se tornar importante no futuro, não conheço nenhum caso no presente.”

A menção de títulos de alta credibilidade deve ser entendida no contexto de que a não atuação da autoridade monetária (banco central) em relação aos títulos de baixa credibilidade é uma das razões fundamentais da sua baixa credibilidade. Adicionalmente a diversificação de portfólios reduzem o risco de títulos de “menor credibilidade”.

A ampliação do sistema de reserva de títulos de crédito, expandindo a carteira do banco central (que contém em geral títulos de crédito do governo e bancos comerciais de curto prazo) para incluir diferentes tipos de títulos de crédito com diferentes maturidades e condições de risco (ações e “bonds” de longo prazo) pode ampliar a eficiência da política monetária.

Adicionalmente o banco central deveria atuar primariamente no “mercado secundário” (open market / bolsas) mas se necessário (quando prêmios de títulos de crédito se reduzem a níveis onde passa a prevalecer uma preferência pela liquidez: títulos de crédito de curto prazo/baixo risco/alta liquidez como a moeda) no mercado primário (subscrição de títulos de crédito atrelados a gastos em recursos reais).

A ação contra-cíclica do banco central através deste sistema de reserva de títulos de crédito ampliado pode ter

eficiência limitada devido a presença de “market makers” privados ou instituições com fins lucrativos que detêm controle substancial (propriedade ou custódia) e informação privilegiada sobre determinados títulos de crédito (sobre o volume/preço de compra/venda em tempo real).

Aumento/redução das reservas junto ao banco central pode atenuar este aspecto. Democratização (desconcentração) da propriedade de títulos de crédito pode também atenuar este aspecto. Porém quanto menor a confiança na eficiência da coordenação contra-cíclica do banco central, maior será a necessidade de ação em última instância do banco central (comprando/vendendo de títulos). Quanto maior a confiança dos agentes na ação contra-cíclica do banco central menor será a necessidade de ação em última instância do banco central. Os agentes irão antecipar a ação do banco central e voluntariamente agir em direção aos objetivos coletivos estabelecidos pelo banco central que irão também gerar benefícios individuais para si mesmos: prêmios dos diversos segmentos de títulos de crédito; nível geral de preços (inflação máxima); nível de consumo; nível de investimento (formação bruta de capital fixo); nível de demanda agregada; crescimento mínimo de gastos agregados determinando o crescimento da produção e da renda.

**1) Banco central de reserva e custódia de títulos de crédito escriturais:** aumento de liquidez, diversificação e democratização da propriedade de títulos de crédito; redução de volatilidade e incertezas.

O banco central deve expandir o sistema de reserva de títulos de crédito emitidos por agentes econômicos diversificando sua carteira (maturidade e nível de risco), expandindo o sistema atual envolvendo títulos de crédito de bancos comerciais e governo para incluir títulos de renda fixa e variável empresariais (ações e debêntures). Estas reservas não seriam acessíveis para livre compra/venda pelos proprietários dos títulos de crédito. A administração do nível destas reservas (taxa de reservas) e condições de

acesso a estas (taxa de redesconto) fariam parte da política monetária (e de administração da demanda agregada).

Adicionalmente o banco central deve custodiar todos títulos de crédito emitidos na economia, dando grau máximo de confiança aos agentes econômicos na eficiência da ação contra-cíclica do banco central (diminuído a necessidade de intervenção, pela ação dos agentes em antecipação ao banco Central). Avanços tecnológicos de informática/telecomunicações facilitam este aspecto, com os títulos assumindo a forma escritural (contabilidade eletrônica), podendo ser facilmente e diretamente trocados pelos agentes econômicos através de uma bolsa eletrônica direta nacional.

Este arranjo institucional resulta em menor ao invés de maior necessidade de intervenção de última instância do banco central para limitar movimentos especulativos de euforia ou pânico (inflação ou deflação), seja no mercado de títulos de crédito ou de recursos reais, devido a maior confiança (menor nível de incerteza) dos agentes no sistema econômico. Adicionalmente, por deixar de existir um segmento do mercado de títulos de crédito protegido pela ação contra cíclica do banco central (títulos governamentais e de bancos comerciais) e outro onde esta proteção não existe (ações por exemplo), não ocorreria os fortes movimentos especulativos entre estes dois segmentos. Ou seja ocorreria um avanço na coordenação dos agentes econômicos independentes, permitindo uma maior convergência de interesses individuais e interesse coletivo.

A emissão de moeda ou expansão da base monetária pelo banco central seria feita através da aquisição de títulos de crédito junto aos agentes econômicos independentes. A carteira de títulos de crédito adquiridos pelo banco central poderia ser distribuída igualmente e incorporada as reservas de títulos de crédito de todos cidadãos ou dos cidadãos economicamente ativos (trabalhadores). As

condições de acesso a estas reservas iriam depender do nível de demanda agregada por recursos reais e por títulos de crédito, no mercado secundário (bolsas) e primário (subscrição de novos títulos vinculados a compra de recursos reais).

Em adição a taxa de reservas sobre estoques de títulos de crédito; taxa de redesconto (condições de acesso as reservas), custódia de todos os títulos de crédito, compra/venda de títulos de crédito no mercado secundário (bolsas) e primário (subscrição de títulos de crédito atrelados a gastos em recursos reais), o banco central pode determinar uma taxa de reserva sobre fluxos de renda e consumo (contribuição de investimento). Estas reservas seriam incorporadas as reservas individuais dos cidadãos economicamente ativos. Finalmente o banco central poderia administrar/influenciar o custo de transações de títulos de crédito (“comissões” no sistema atual) em uma bolsa eletrônica direta nacional (estimulando liquidez e desestimulando especulação). O sistema atual de bolsas de valores com corretoras/"market makers"/especialistas com acesso privilegiado de informação ou com privilégios especiais de transação são uma obsolescência econômica de legalidade discutível (leis anti-truste e concorrenciais). “Investidores” (decisões de financiamento) podem transacionar diretamente sem intermediários sob a proteção de última instância do banco central.

A carteira de títulos de crédito do banco central, sob condições de crescimento sustentado (sem inflação/deflação substancial nos preços de ativos), pode ter uma composição de moeda/títulos de renda fixa governamentais de curto prazo (1/4); títulos de renda fixa governamentais de longo prazo (1/4); títulos de renda fixa empresariais (1/4) e títulos de renda variável empresariais (1/4). Metade dos títulos de renda fixa (debêntures) e variável (ações) empresariais seriam selecionados em termos da participação corrente do setor econômico e da empresa na economia (PIB) e metade

seriam selecionados em termos da taxa de crescimento do setor econômico e empresa (vendas, lucro e ativos reais). Haveria um balanço entre empresas líderes ("blue chips") e empresas entrantes/inovativas/dinâmicas ("techs"). Alternativamente este portfólio poderia ser constituído baseado em um índice representativo do mercado total de títulos de crédito, caso não se queira fazer política industrial (menos importante para economias desenvolvidas) através do banco central, apenas política monetária, com uma conseqüente redução da taxa de crescimento da renda.

Deveria haver um Banco Central Global (administrando um Fundo Global com uma carteira-índice de títulos de crédito globais), um Banco Central Nacional (administrando um Fundo Nacional com uma carteira-índice de títulos de crédito nacionais), um Banco Central Estadual (administrando o Fundo Estadual com uma carteira-índice de títulos de crédito estaduais) e um Banco Central Municipal (administrando o Fundo Municipal com uma carteira-índice de títulos de crédito municipais). Isto proporcionará um crescimento regionalmente balanceado.

As principais funções de coordenação do banco central seriam a sinalização de parâmetros aos agentes econômicos (taxas de crescimento mínimo, inflação máxima e prêmios de títulos de crédito) e indução contra-cíclica de última instância dos mercados primários/secundários de títulos de crédito e do mercado de recursos reais, seguindo estes parâmetros. Este arranjo levaria a menor ao invés de maior "intervenção estatal" pois os agentes, com a confiança neste arranjo institucional, agem em sintonia com interesses individuais e coletivos (cortando gastos face a inflação e aumentando gastos face a deflação ao invés do contrário que de fato acontece quando não existe confiança em uma eficiente ação macroeconômica institucional contra cíclica sobre a demanda agregada que de fato não ocorre como teorizado no modelo primitivo macroeconômico neoclássico

que sustenta que uma auto correção de equilíbrio irá ocorrer).

**2) Bolsa eletrônica direta nacional:** troca direta de títulos de crédito entre agentes econômicos.

Os agentes econômicos podem comprar ou vender títulos de crédito diretamente através de uma bolsa eletrônica nacional utilizando computadores pessoais ou terminais públicos. O sistema de intermediação financeira atual envolve privilégios legais/administrativos concedidos/protegidos pelo estado ou cartel/associação de empresas privadas (bancos comerciais com privilégios especiais de operação com o banco central e corretoras com privilégios especiais de operação nas bolsas de valores), são econômica e tecnologicamente obsoletos, e de legalidade discutível (face a legislações anti-truste e de informação igualitária a todos investidores).

Agentes econômicos que não desejam administrar ativamente seus portfólios de títulos de crédito podem comprar ações ou cotas de fundos de títulos de crédito de renda fixa e/ou variável negociados em uma bolsa eletrônica direta nacional. Os custos transacionais são extremamente baixos podendo o preço de uma transação de compra/venda ser também utilizado como instrumento de política monetária e fiscal.

**3) Cartão financeiro:** meio de pagamento, reserva de poder de gasto e informação de decisões de gasto.

O cartão financeiro pode ser um meio de pagamento, reserva de poder de gasto eletrônico e informação de decisões de gasto que propicia uma melhor administração do fluxo de caixa dos agentes econômicos e redução de incertezas econômicas através da melhor coordenação econômica entre agentes econômicos independentes. A

“moeda” nacional ou internacional seria utilizada apenas como unidade de conta.

O Cartão financeiro seria uma combinação de um cartão de crédito (a linha de crédito seria proporcional ao número de cotas de fundos de investimento e compras mensais de novas cotas, sendo que estas servem como colateral/garantia para a linha de crédito), cartão futuro (o dono do cartão faz pagamentos avançados e recebe o produto ou serviço no futuro, recebendo juros e descontos; os compradores a crédito são financiados pelos “compradores a futuro” sendo que uma taxa de juros busca compatibilizar os dois grupos), e cartão de débito (abatimento do valor das compras dos saldos mantidos em fundos de investimento).

O cartão financeiro poderia ter quatro fundos de títulos de crédito balanceados: Fundo Global (espelhando a carteira de títulos do banco central global se houver), Fundo Nacional (espelhando a carteira de títulos do banco central nacional que já existe), Fundo Estadual (espelhando a carteira de títulos do banco central estadual se houver) e Fundo Municipal (espelhando a carteira de títulos do banco central municipal se houver).

Os recursos individuais seriam distribuídos em um quarto para cada fundo ou inteiramente para o fundo do banco central nacional se apenas este existir. Estes fundos seriam compostos por moeda/títulos de renda fixa governamentais de curto prazo (1/4); títulos de renda fixa governamentais de longo prazo (1/4); títulos de renda fixa empresariais (1/4) e títulos de renda variável empresariais (1/4), de acordo com a origem geográfica dos emissores de títulos de crédito (no caso da existência de bancos centrais regionais e global). Alternativamente os fundos poderiam ter uma carteira-índice representativa de todo o mercado de títulos de crédito.

O banco central global, municipal e estadual poderiam ter uma composição de carteira de títulos de crédito através de índices pré-definidos (semelhante ao banco central nacional) de acordo com a localização geográfica do emissor. Metade dos títulos de renda fixa e variável empresariais seriam selecionados em termos da participação corrente do setor econômico e da empresa na economia (PIB), e metade seriam selecionados em termos da taxa de crescimento do setor e empresa (vendas, ativos e lucros). Alternativamente os fundos poderiam ter uma carteira-índice representativa do mercado de títulos de crédito global/estadual/municipal. A compra/venda de títulos no mercado primário ou secundário deve estar em sintonia com metas de política monetária (inflação máxima) que por sua vez se baseia em metas econômicas reais (crescimento mínimo da produção).

O Cartão financeiro estimularia o crescimento econômico sustentado e regionalmente balanceado com uma coordenação mais eficiente da demanda agregada com a oferta agregada. O cartão oferece, especialmente aos cidadãos de baixa renda, um instrumento de administração de finanças pessoais simples e eficiente que amplia sua participação no capital e nas rendas derivadas do capital (juros e lucro). O banco central nacional e/ou qualquer instituição financeira poderia ofertar o seu Cartão Financeiro usando um índice global, nacional, estadual e municipal de composição do portfolio de títulos do fundo criado pelos bancos centrais. Esta composição deveria permitir o financiamento de projetos públicos e privados; dos setores econômicos e empresas líderes (“blue chips”) e de maior crescimento (“techs”, empresas de tecnologia inovativa); ou representar a totalidade do mercado de títulos de crédito.

As decisões de gasto presente ou futuras executadas através do cartão seriam alimentadas eletronicamente retroativamente na cadeia produtiva possibilitando uma



melhor coordenação de decisões de consumo com as decisões de produção e investimento. A decisão de gasto pode ser a débito (à vista: pagamento presente e comando presente sobre recursos reais); a crédito (pagamento parcelado futuro e comando presente sobre recursos reais); ou a futuro (pagamento parcelado presente; comando futuro sobre recursos reais). Uma taxa de juros geral e uma específica para cada bem ou serviço (para compra a crédito e a futuro) permitiria administrar a demanda agregada entre gastos a débito, crédito e futuro (uma taxa de juro mais alta estimularia consumo/investimento futuro ao invés de reduzi-los). Agentes econômicos poderiam também emitir títulos de crédito em troca de cotas dos fundos de títulos de crédito que por sua vez serviriam como colateral para o crédito utilizando o cartão, reduzindo riscos e taxas de juros.

**4) Universidades incubadoras:** instituição educadora-empresendedora para fortalecer a acumulação de capital e tecnologia nacional/regional.

Universidades incubadoras de projetos empresariais podem reduzir incertezas empresariais através da redução de custos fixos e barreiras a entrada; promover o progresso institucional-científico-tecnológico; gerar democratização do conhecimento, tecnologia, oportunidades, renda, capital e poder a nível internacional e intranacional, evitando/revertendo a concentração, dogmatização, passividade, estagnação e conservadorismo institucional-científico-tecnológico. As Universidades incubadoras deveriam ter os seguintes objetivos e características:

1) Desenvolvimento institucional-científico-tecnológico com pluralidade de idéias, igualdade objetiva de oportunidades e metodologia científica institucional que não faz pressuposições institucionais ou de comportamento humano mas os considera como variáveis passíveis de manutenção ou mudança pela ação humana. Processos de

seleção e avaliação devem ser impessoais e plurais para evitar favorecimentos/ discriminações pessoais/ ideológicas.

2) Desenvolvimento de conhecimento, pesquisa e incubação de projetos institucionais, empresariais, científicos e tecnológicos através de oficinas individuais e coletivas ("mesa redonda" com um professor/coordenador e/ou um a seis estudantes/empreendedores) via Internet e/ou ao vivo em local permanente ou temporário onde participantes desenvolvem projetos individuais e participam de projetos coletivos. Barreiras a entrada e custos fixos dos projetos devem ser reduzidos através de infra-estrutura real e virtual para incubação e marketing dos projetos que passam sequencialmente da oficina para a incubadora e depois para um mercado setorial (pós-incubadora). Ciência deve combinar arte/ filosofia/ experiência, desenvolvimento teórico/dedutivo/analítico/filosófico com o desenvolvimento empírico/ indutivo/ prático/ empreendedor/ artístico.

3) Desenvolvimento sócio-econômico global com democratização do conhecimento, tecnologia, oportunidades, renda, capital e poder a nível internacional e intranacional através da criação de oficinas, escolas, faculdades e universidades incubadoras comunitárias com ensino integrado básico, médio e superior para alunos locais em áreas de baixo desenvolvimento sócio-econômico, evitando e revertendo a concentração do conhecimento, tecnologia, oportunidades, renda, capital e poder.

4) Desenvolvimento da titulação em cursos teórico-práticos com "Contribuição Temporária Mensal de Conhecimento e Oportunidades" (durante o tempo de titulação do curso de acordo com a renda do estudante e dos pais do estudante: mínimo de 10% da renda) e de reciclagem de oportunidades e conhecimento vitalício para graduados "Contribuição Vitalícia Mensal de Reciclagem de Conhecimento e Oportunidades" (mínimo 1% da renda) com recebimento vitalício de jornais/relatórios financeiros e do

desenvolvimento institucional-científico-tecnológico nas suas universidades/ faculdades/ escolas e nas suas áreas de interesse; participação democrática direta na administração da universidade como aprovação de orçamentos simplificados anuais e incentivo a eventuais participações em novas oficinas.

5) Desenvolvimento de incentivos a invenção, inovação e empreendedorismo (adicionais/ complementares a patentes e direitos autorais) através de "Royalty Universitário" pago em dinheiro e/ou ações/cotas, consistindo numa participação (5% da receita bruta) da universidade/faculdade/escola e dos fundadores-empresendedores na receita de projetos incubados como contrapartida pela participação empreendedora e uso do conhecimento e infra-estrutura da instituição.

6) Desenvolvimento de administração e infra-estrutura através da venda e/ou distribuição de "Cotas/Ações Universitárias" para instituições, patrocinadores, fornecedores, trabalhadores, professores, pais, alunos, graduados e profissionais de acordo com sua participação/trabalho; tarefas de administração operacional e manutenção da universidade divididas preferencialmente entre professores, alunos e graduados; administração estratégica/orçamentária/estatutária democrática direta da universidade através de consultas diretas informatizadas plebiscitárias de alternativas propositivas a associados/acionistas/ cotistas.

## CONCLUSÃO:

O modelo de análise econômica institucional pós-keynesiano permite identificar agentes, estratégias e sistemas de decisões de gasto dominantes como base para o estabelecimento de políticas e inovações econômicas institucionais eficientes de qualquer matriz ideológica.

A combinação do método científico institucional com a escola de pensamento pós-keynesiana, gerando o modelo de análise econômica institucional pós-keynesiano, permite atacar as conseqüências do atraso secular da ciência econômica e seu caráter trágico. A conseqüente sub-performance de economias nacionais afeta a maioria da população mundial que tem ainda condições de vida precária. Taxas de crescimento econômico (com baixa inflação) serão substancialmente mais elevadas com a teoria econômica neoclássica retornando ao curso de “história do pensamento econômico.”

O princípio de que a oferta gera a sua própria demanda (“lei de Say”) (Say, 1803) é uma idéia que pode até ser abraçada por empresários ou políticos no plano do discurso político-ideológico eleitoral ou em momentos de defesa de interesses individuais específicos (defesa de sua participação na renda, propriedade e poder), mas na prática do dia a dia empresarial ou político tem valor de um conto de fadas. Pais contam para seus filhos a estória de Papai Noel, por razões de costume, moral ou entretenimento, mas não esperam contar com ele para obter presentes para seus filhos no dia de natal. Empresários e políticos pragmáticos contam com o governo e o banco central (ou outros mecanismos institucionais de coordenação) para administrar a demanda agregada, segundo o princípio de que a demanda nominal agregada determina a oferta nominal agregada (“princípio da demanda efetiva”) (Keynes, 1936), especialmente em momentos de recessão e inflação, e não

com a mão invisível do abstrato/irreal mercado teorizado por neoclássicos.

O modelo de análise econômico institucional pós-keynesiano permite identificar agentes, estratégias e sistemas de decisões de gasto dominantes como base para o estabelecimento de políticas e inovações econômicas institucionais eficientes de qualquer matriz ideológica. Porém, a hibridez ideológica, com a combinação de sistemas de coordenação, cooperação, subordinação e inovação de decisões de gasto, tem sido a solução desenvolvida por sociedades democráticas e de livre iniciativa. Sistemas de cooperação e subordinação são/podem ser utilizados complementarmente aos sistemas de coordenação/inovação na proporção da falha destes em produzir benefícios individuais e coletivos simultaneamente. O desenvolvimento de sistemas de coordenação através de inovações institucionais e tecnológicas no entanto pode gradualmente reduzir estas falhas levando a menor necessidade do uso de sistemas de cooperação ou subordinação.

As políticas e inovações institucionais descritas buscam essencialmente o fortalecimento da acumulação de capital e tecnologia nacional/regional, permitindo o crescimento da renda nacional apropriada por 99% dos nacionais ou residentes (total e per capita) de renda mais baixa, melhorando a distribuição de renda e sustentando o crescimento da demanda agregada, o que são indicadores fundamentais de progresso das condições sócio-econômicas da maioria dos cidadãos.

## BIBLIOGRAFIA

Quando editora não for indicada os textos originais e resenhas foram acessados on-line (Internet):

1) “The history of economic thought web site” (Web site da história do pensamento econômico):  
<http://cepa.newschool.edu/het> (New School University / Department of Economics)

2) “Post-keynesian economic thought archive” (Arquivo do pensamento econômico pós-keynesiano):  
<http://csf.colorado.edu/pkt/> (Communications for a Sustainable Future; University of Colorado)

Keynes, John Maynard (1936), *The General Theory of Employment Interest and Money*, New York: Harcourt, Brace and World, INC. (1997 edition).

Veblen, Thorstein (1898) "Why is Economics Not an Evolutionary Science" *The Quarterly Journal of Economics* Volume 12.

Veblen, Thorstein (1919), “The Vested Interests and the Common Man” by Thorstein Veblen 1919.

Commons, John R. (1931) “Institutional Economics” *American Economic Review*, vol. 21, pp.648-657.

Schumpeter, Joseph (1908) “On the concept of social value”, *Quarterly Journal of Economics*, volume 23., pp. 213-232.

Schumpeter, Joseph (1942), “Capitalism, Socialism and Democracy”, Harper Collins Publishers, July 1976.

Kalecki, Michal (1933-70), *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*, Cambridge University Press.

Marx, Karl (1867-94 ), *Capital: A Critique of Political Economy*, Vol. 1, 2 and 3 The Penguin Group, 1993.

Galbraith, John K. (1967), “The New Industrial State,” Boston, 1967. Bell ED.

Galbraith, James K. (1998), “Comments on Bentham, Keynes and Economic Inequality” February 15, 1998 - Bentham 250 Symposium, UT at Austin 1.

Porter, Michael (1990), “The Competitive Advantage of Nations.” New York: The Free Press, 1990.

Porter, Michael (1985), “Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance”, New York: The Free Press, 1985.

Porter, Michael (1985), “Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors”, New York: The Free Press, 1980.

Davidson, Paul (1998) “Volatile financial markets and the speculator”, Paper to be presented as the Economic Issues Lecture to the Royal Economic Society Annual Conference, Warwick, England, April 1998 (To be published in *ECONOMIC ISSUES*, September 1998 issue).

Davidson, Paul (1998) “The case for regulating international capital flows Paper presented at the Social Market Foundation Seminar on Regulation of Capital Movements, London, November 17, 1998.

Sismondi, Simonde de (1819) “Nouveaux principes d'économie politique, ou de la Richesse dans ses rapports avec la population.”

Malthus, Robert (1820) "Principles of Political Economy: Considered with a view to their practical application."

### **Clássicos / Neoclássicos / "Síntese Neoclássica"\***

\*Hicks, John (1937) "Mr Keynes and the Classics: A suggested simplification", *Econometrica*.

\*Hicks, John (1976), "Some Questions of Time in Economics", 1976, in Tang et al, editors, *Evolution, Welfare and Time in Economics: Essays in honor of Nicholas Georgescu-Roegen*.

\*(Hicks repudia aqui a sua obra de 1937 que buscava incorporar o pensamento keynesiano ao equilibrismo neoclássico).

Friedman, Milton (1956) editor "The Quantity Theory of Money: A restatement", *Studies in Quantity Theory*.

Fisher, Irving (1911) in his *Purchasing Power of Money*.

Lucas, R. and Sargeant, T.J. (1978), "New Explanations of the Persistence of Inflation and Unemployment", with , in *After the Phillips Curve*.

Lucas, R. and Sargeant, T.J. (1978), "After Keynesian Macroeconomics" with T.J., 1978, in *After the Phillips Curve*.

Lucas, R. (1972), "Expectations and the Neutrality of Money", 1972, *JPE*.

Lucas, R. (1976), "Econometric Policy Evaluation: A critique", 1976, *CROCH*.



Bentham, Jeremy (1780), Introduction to the Principles of Morals and Legislation, 1780 (printed privately); 1789 (full version published).

Say, Jean-Baptiste (1803), “A Treatise on Political Economy, or the production, distribution and consumption of wealth” (English translation).

Ricardo, David (1817) On the Principles of Political Economy and Taxation.

Mill, John Stuart (1848) The Principles of Political Economy: with some of their applications to social philosophy.

---

///

---

COPYRIGHT 1999 ALEX NAPOLI  
UNIVERSIDADES INCUBADORAS GLOBAIS  
WWW.UNIG.ORG

LIVRO PATROCINADO GRATUITO